UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH
CAMPUS VI – CAETITÉ
COLEGIADO DE HISTÓRIA

LAVINNYA GOMES TEIXEIRA OLIVEIRA

ENTRE A TERRA E O SANGUE: A FAMÍLIA CRUZ PRATES NO SERTÃO BAIANO

Caetité – BA

2025

LAVINNYA GOMES TEIXEIRA OLIVEIRA

Monografia apresentada a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas, Campus VI Caetité, Colegiado de História, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Zezito Rodrigues da Silva

Caetité-BA

2025

LAVINNYA GOMES TEIXEIRA OLIVEIRA

ENTRE A TERRA E O SANGUE: A FAMÍLIA CRUZ PRATES NO SERTÃO BAIANO

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Graduado em Licenciatura em História, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus VI).

Aprovada em 02 de dezembro de 2025, com nota 10,0.

Documento assinado digitalmente
gov.br ZEZITO RODRIGUES DA SILVA
Data: 17/12/2025 23:23:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Zezito Rodrigues da Silva
UNEB/Campus VI - Orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br HELIDA SANTOS CONCEICAO
Data: 23/12/2025 09:27:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Drª. Hélida Santos Conceição
UNEB/Campus II - Membro examinador

Documento assinado digitalmente
gov.br PABLO ANTONIO IGLESIAS MAGALHAES
Data: 26/12/2025 14:48:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Pablo Antônio Iglesias Magalhães
UFOB - Membro examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado forças para superar as adversidades da vida e as enfrentada na Universidade. No início da minha caminhada acadêmica em 2022, passei por momentos difíceis que afetaram minha saúde mental, o que tornou o processo muito desafiador e colocaram a prova a minha vontade de seguir em frente. Apesar de tudo, Deus guiou por bons caminhos e me encontro realizada por ter finalizado esse período da minha vida.

Sou grata a minha família, que tanto me apoiou e torceu por mim nos momentos alegres e difíceis dessa jornada. Foram eles a base que me sustentou para eu conseguir superar as dificuldades e enfrentar, dia após dia, o translado de Ibiassucê a Caetité para assistir as aulas. Agradeço, especialmente, aos meus amados pais, Eliane Gomes Teixeira e Demilson Urbano de Oliveira, por terem sido o meu alicerce inabalável nessa caminhada.

Estendo ainda minha gratidão a Luciana Prates Gomes, que com seu apoio, carinho e zelo, me fizeram seguir firme nessa trajetória. Sua ajuda constante nos afazeres de casa, suas conversas e todo o seu cuidado, me permitiram me dedicar aos estudos com maior tranquilidade.

Não poderia deixar também de agradecer aos meus companheiros de jornada acadêmica, que fizeram esse período se tornar mais leve. A todos os meus colegas de sala, fica o meu agradecimento por todos esses anos. Em especial a Rosiane Hozana, minha colega e parceira de sala, que esteve ao meu lado compartilhando tristezas, angústias, alegrias e boas risadas, sou imensamente grata por todo o seu apoio e sua ajuda.

Agradeço ainda ao meu orientador, o professor Dr. Zezito Rodrigues da Silva, pela oportunidade de ser sua orientanda na Iniciação Científica, e ao mesmo tempo da pesquisa de conclusão de curso. Com ele, pude perceber a importância da pesquisa histórica para o estudo dos sertões da Bahia e desenvolver conhecimentos imprescindíveis que me fizeram desenvolver o TCC. Sua orientação firme, generosa e paciente, contribuiu e deixaram marcas importantes na minha trajetória de estudante.

A todos os professores do curso de História da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus VI, minha eterna gratidão, cada um contribuiu para minha formação e permitiu que eu realizasse o sonho almejado.

RESUMO

Este trabalho analisa a família Cruz Prates no Alto Sertão da Bahia entre os séculos XVIII e XIX, destacando como os vínculos de parentescos e constituição de propriedades dessa família contribuíram para a formação do povoado de São Sebastião do Cisco, atual Ibiassucê. A pesquisa baseia-se em requerimentos, inventários, testamentos, registros de batismo, óbitos, livros de notas de terras e processos de habilitação. A partir da análise desses documentos, constatou-se que a família em estudo consolidou uma rede de propriedades e bens ao longo do tempo, por meio de estratégias voltado a sua ampliação e a continuidade do seu legado familiar. A investigação evidencia como os elos de parentescos e a posse de propriedades se estruturam como o alicerce fundamental para compreender a trajetória de uma família que se destacou nos sertões baianos.

Palavras-chave: Parentesco. Propriedade. Sertão da Bahia. Genealogia.

ABSTRACT

This paper examines the Cruz Prates family in the Alto Sertão region of Bahia between the 18th and 19th centuries, highlighting how this family's kinship ties and property ownership contributed to the formation of the settlement of São Sebastião do Cisco, present-day Ibiassucê. The research is based on petitions, inventories, wills, baptismal and death records, land registry books, and licensing processes. Analysis of these documents revealed that the family under study consolidated a network of properties and assets over time, using strategies aimed at expanding their network and maintaining their family legacy. The research highlights how kinship ties and property ownership serve as the fundamental foundation for understanding the trajectory of a family that excelled in the Bahian sertão.

Keywords: Kinship. Property. Bahia hinterland. Genealogy.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Alto Sertão da Bahia e seu entorno 15
Figura 2 – Mapa do Termo da Vila de Rio de Contas, século XVIII 17
Figura 3 – Mapa do Alto Sertão Da Bahia Na Transição do Século XVIII ao XIX..... 31
Figura 4 – Mapa Sertões da Bahia (1879–1880) 50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação de escravizados pertencentes a Francisco da Cruz Prates 35
Tabela 2 – Relação de escravizados pertencentes a Anselmo da Cruz Prates 42
Tabela 3 – Condições de alforria no testamento de Rosa da Cruz Prates 48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

1.1 Trajetória 10

1.1.1 Revisão bibliográfica 12

1.1.2 O Alto Sertão da Bahia 15

1.1.3 Tópicos da Pesquisa 18

CAPÍTULO I - Primeira Geração da Família Cruz Prates: Origens nos Sertões Baianos 19

1.2. A Trajetória de Ignácio da Cruz Prates no Alto Sertão da Bahia 22

CAPÍTULO II – Segunda Geração da família Cruz Prates: Heranças, Legados e a Continuidade dos Laços Escravistas 34

CAPÍTULO III – Terceira Geração da família Cruz Prates: A Consolidação da Linhagem Familiar e o Surgimento de São Sebastião do Cisco 41

3.1. Primeiros vestígios de São Sebastião do Cisco 49

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 51

REFERÊNCIAS 56

APÊNDICE A – Árvore genealógica de Ignácio da Cruz Prates 59

APÊNDICE B – Árvore genealógica de Anselmo da Cruz Prates Error! Bookmark not defined.

ANEXO A – Requerimento de perfilhação no qual Ignácio solicita ao rei D. João V a concessão de carta de perfilhação para seus quatro filhos, garantindo-lhes o direito à herança (1741) 60

ANEXO B – Pagina inicial do inventário de Francisco da Cruz Prates (1782) 61

ANEXO C – Registro do enterro de Rosa da Cruz Prates, contido em seu inventário de 1885, Freguesia de São Sebastião de Caetité. 62

ANEXO D – Registro de Batismo de Anselmo da Cruz Prates datado de 17 de maio de 1775 63

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o parentesco e propriedades[1] no Alto Sertão da Bahia, com ênfase na trajetória da família Cruz Prates, que teve como seu patriarca Ignácio da Cruz Prates, um lisboeta que se estabeleceu no termo da Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas[2] no século XVIII. A pesquisa busca compreender como se deu a formação das redes de relações sociais e familiares dentro do espaço territorial em estudo, e como a partir desses vínculos estabelecidos entre os familiares da família Cruz Prates e outros troncos familiares, se originou a Fazenda Jacaré, localizada na antiga São Sebastião do Cisco, atual Ibiassucê.

1.1 Trajetória

Desde muito nova, sempre fui uma criança curiosa, acostumada a perguntar aos meus pais e avós sobre como era a vida deles quando tinham a minha idade. Eu adorava ouvir suas histórias e ficava impressionada com as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Minha bisavó, dona Raquel, o membro mais antigo da minha linhagem familiar, contava relatos fascinantes sobre sua juventude na década de 1930, assim como sobre seus próprios ascendentes que viveram em épocas mais remotas. Essas narrativas despertaram em mim desde muito nova, o interesse pelas histórias de família e pelo passado dos meus antepassados.

Esse fascínio se intensificou na minha adolescência, quando passei a buscar mais informações sobre meus ascendentes e como eles se estabeleceram nas terras de Ibiassucê. No município, há um sobrado datado do século XIX, considerado a residência mais antiga da cidade, sobre o qual sempre ouvimos histórias, principalmente de que sua construção foi realizada por pessoas escravizadas. Esses elementos despertaram minha curiosidade não apenas sobre minha família, mas também sobre a formação de Ibiassucê como um todo: as primeiras

[1] Constitui direito próprio, perpétuo e hereditário de pessoa física ou jurídica sobre determinado bem. Caracteriza-se pela legitimidade conferida pela sociedade e legalidade, pelo Estado. NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. 2003. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

[2] A Vila de Rio de Contas foi instituída oficialmente em 1724 pelo vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, com o objetivo de administrar e fiscalizar a exploração aurífera na região das Minas do Rio de Contas. Cf. ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Escravos e libertos nas Minas do Rio de Contas – Bahia, século XVIII.** 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

famílias que se estabeleceram na região, as uniões matrimoniais, a organização social, familiar e territorial no contexto histórico dos sertões da Bahia.

Durante o curso de licenciatura em história pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus VI, em 2024 quando eu estava no 5º semestre, surgiu a oportunidade de concorrer ao Edital de Iniciação Cientifica da UNEB 2024-2025, com o professor Dr. Zezito Rodrigues da Silva, dentro do projeto *O Antigo Regime e os Sertões da América Portuguesa*. Não perdi tempo e agarrei a oportunidade de tentar me tornar bolsista e enquadrar o meu tema de pesquisa ao projeto. Consegui ser aprovada e a bolsa me foi concedida.

Durante todo o período vigente da Iniciação Científica, minhas pesquisaram tomaram rumos extraordinários. Comecei me debruçando em descobrir quem foram essas primeiras famílias a habitarem aqui. Realizei então uma entrevista com a atual donatária do sobrado, Maria Eliane Brito de Andrade.[3] Durante a conversa, Eliane me relatou pontos importantes sobre a história do município e mencionou os primeiros nomes das famílias que aqui se estabeleceram, como a Pinheiro de Azevedo, Gomes Cardoso, Gonçalves de Aguiar e a família Cruz Prates. Ela destacou Rosa Prates e sua extensa propriedade, localizada onde hoje se encontra a Fazenda Jacaré. Contudo, afirmou não saber ao certo como essa família chegou a essas terras, nem como essa propriedade depois foi dividida entre os herdeiros.

A partir desse ponto, meu interesse voltou-se para a família Cruz Prates e para a tentativa de preencher as lacunas existentes acerca de sua trajetória, e foi dessa forma, que o meu tema da Iniciação Científica se tornou minha monografia do Trabalho de Conclusão de Curso da graduação.

Para a realização desta pesquisa, realizou-se a coleta de dados por meio da identificação e seleção de documentos provenientes do Arquivo Público do Estado da Bahia, do Arquivo Público Municipal de Caetité, dos arquivos da Diocese de Caetité, do Arquivo Histórico Ultramarino catalogado pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco e do Arquivo Distrital de Évora. A coleta envolveu a leitura direta e a transcrição paleográfica do material manuscrito, seguida de análises comparativas, cruzamento de informações e organização sistemática das fontes, com o objetivo de possibilitar uma reconstituição mais precisa das trajetórias familiares e das propriedades vinculadas à família Cruz Prates.

[3] Eliane é licenciada em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e atualmente, é professora aposentada da UNEB campus VI e presidente da Associação Cultural de Ibiassucê.

Inicialmente, a busca concentrou-se no Arquivo Público Municipal de Caetité, onde foi possível localizar o livro de Registro de Testamentos.[4] Nesse livro, foram identificados os testamentos de Rosa da Cruz Prates, de seu irmão Manoel da Cruz Prates e de sua sobrinha Francisca. Além disso, localizou-se o Livro de Batizados, que registra o batismo de Anselmo da Cruz Prates, e o Livro de Óbitos, que contém o registro de seu falecimento e de seu filho, Pedro.

Posteriormente, após leituras e pesquisas realizadas, foi possível detectar três requerimentos formulados por Ignácio da Cruz Prates endereçados a Portugal, localizados no Arquivo Histórico Ultramarino. Nesses requerimentos, constam uma carta de perfilhação, uma solicitação da carta patente do posto de capitão, e outra solicitação de cartas de sesmarias. Além disso, por meio do Dicionário Genealógico do Sertão, de Tiago José, foi possível localizar o registro de batismo de Ignácio, estabelecendo-se assim o ponto inicial da minha pesquisa. [5]

E por fim, realizei uma busca pelo acervo digital do Arquivo Público do Estado da Bahia, onde identifiquei inventários da família Prates. Posteriormente, me desloquei até a sede do Arquivo, em Salvador, e tive contato direto com o inventário de Francisco da Cruz Prates, Anselmo da Cruz Prates e Rosa da Cruz Prates, documentos fundamentais para o entendimento da trajetória familiar em estudo. Ainda na APEB, consultei o Livro de Notas do município de Caetité do século XIX, no qual se encontra a doação feita por dona Rosa Prates de um pedaço das terras da fazenda Jacaré ao seu sobrinho Joaquim Pedro Garcia Leal.

1.1.1 Revisão bibliográfica

A história social consolidou-se no século XX com o movimento dos Annales, que rompeu com a história tradicional e passou a privilegiar a análise das estruturas sociais e da vida cotidiana. Nas décadas de 1950 e 1960, autores como Braudel e Le Goff destacaram grupos subalternos e médios, muitas vezes invisibilizados pela historiografia tradicional[6]. Dentro desse quadro interpretativo da história social, esta pesquisa tem como principal aporte teórico os estudos desenvolvidos por Erivaldo Fagundes Neves sobre a formação e transmissão de propriedades nos sertões da Bahia. Em sua tese de doutorado, o autor desenvolveu sua análise

[4] Documentos legais utilizados para o registro das últimas vontades do indivíduo. SILVA, Aryanne Faustina da. **Os testamentos na produção historiográfica**. *Revista Cantareira*, Niterói, n. 21, p. 99-109, 2014.
[5] Para mais informações, consultar: SILVA, Tiago José Soares. **Dicionário Genealógico do Sertão: as famílias pioneiras do alto sertão baiano.** Vitória da Conquista: 2021.
[6] FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história. Rio de Janeiro: Campus**, 1997.

voltada para a estruturação das propriedades no Alto Sertão da Bahia, destacando os processos de constituição, expansão e transmissão das terras.

Além de suas análises sobre propriedade, Erivaldo Fagundes Neves também se dedica ao estudo da história das famílias no sertão baiano. Em seu artigo *História de família: origens portuguesas de grupos de consequência do Alto Sertão da Serra Geral da Bahia*, ele diferencia genealogia de história da família. Para ele, a genealogia estuda as ascendências e descendências familiar, enquanto a história de família, analisa a "evolução familial, contextualizando o grupo de consaguinidade no tempo e espaço, reconstruindo suas articulações sociais, econômicas, políticas e culturais, inserindo na história local, regional e nacional conforme sua extensão e representatividade". [7]

Para o autor, a colonização portuguesa ocorrida no século XVI, desencadeou diversas "organizações familiares no Brasil"[8]. Uma dessas organizações seria a família de elite. O autor destaca que Gilberto Freyre[9] descreveu esse modelo familiar como formado pelo pai, a mãe, os filhos e os escravizados, todos unidos não apenas por laços sanguíneos, mas por razões socioeconômicas, que o próprio Freyre designou como "família patriarcal". Nesse sentido, pode-se observar tal configuração no caso de Ignácio da Cruz Prates, que atuava como o patriarca de sua família.

Nesse contexto, os testamentos surgem como fontes valiosas para compreender a dinâmica familiar e social. Sobre este tema, Maria Lucília Viveiros Araújo (2005) destaca que os testamentos, regulamentados pelas Ordenações Filipinas durante o período colonial, tiveram origem na França no século XII e se difundiram ao longo dos séculos, alcançando grande importância no século XVIII, permitindo que homens a partir dos 14 anos e mulheres a partir dos 12 dispusessem de seus bens. [10]

Como afirma a autora, o direito sucessório variava conforme o regime matrimonial estabelecido no ato do casamento. Na maior parte dos casos, utilizava-se a chamada *"carta de ametade",* modalidade em que o cônjuge sobrevivente tinha direito à metade do patrimônio do casal. A parte restante era destinada aos filhos, após os devidos descontos relativos às disposições testamentárias. Além disso, os filhos naturais, desde que formalmente reconhecidos em escritura pública, também podiam ser contemplados na herança

---

[7] NEVES, Erivaldo Fagundes. **História de família: origens portuguesas de grupos de consanguinidade do alto sertão da Serra Geral da Bahia.** *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 19, p. 111-140, 2019.
[8] *IBID.*, p. 114.
[9] FREYRE, Gilberto, 1933, *apud IBID.*, p. 114.
[10] ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. **Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com os testamentos.** *Revista Histórica do Arquivo do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 6, 2005.

Embora os primeiros testamentos tinham um caráter mais religioso, a partir do século XIX essa função se modifica, perdendo a sua finalidade original e concentrando-se apenas nos últimos pedidos do testador e na distribuição dos seus bens pessoais. É nesse quadro em que se insere os testamentos analisados nesse trabalho, produzidos nos sertões no século XIX.

Enquanto os testamentos apresentam apenas a distribuição de bens ainda em vida do testador de forma limitada, os inventários são realizados após a morte, e fornecem um panorama mais detalhado do patrimônio existente do falecido, permitindo compreender de forma mais esmiuçada a organização econômica, social e familiar do indivíduo. Como explica Erivaldo Fagundes Neves, os inventários "caracteriza-se como um processo jurídico de avaliação dos bens de um espólio para partilha pelos herdeiros legais, com possíveis parcelas destinadas a eventuais legatários instituídos por verba testamental" (Neves, 2012, p. 12). De toda forma, ambos se relacionam entre si, já que um ou outro discorrem sobre os bens do indivíduo.

Júnia Ferreira Furtado no capítulo *A morte como testemunho da vida*, trata sobre os inventários, utilizando a expressão "inventário *post-mortem"* para se referir especificamente ao arrolamento dos bens de um indivíduo feito após a sua morte para transmissão ou partilha entre os herdeiros (Júnia, 2009, p. 102).

Segundo a legislação da época, o inventário judicial era obrigatório quando o falecido deixava herdeiros menores de 25 anos, sendo conduzido pelos juízes de órfãos e ausentes. Nos casos em que o falecido não possuía herdeiros, ou era solteiro e sem sucessores presumidos, o procedimento também se tornava obrigatório, ficando a cargo dos juízes de ausentes, capelas e resíduos.[11] Os inventários são fontes documentais ricas e valiosas para o testemunho de uma sociedade, e, em conjunto com os testamentos, permitem reconstruir a organização social de uma determinada época.

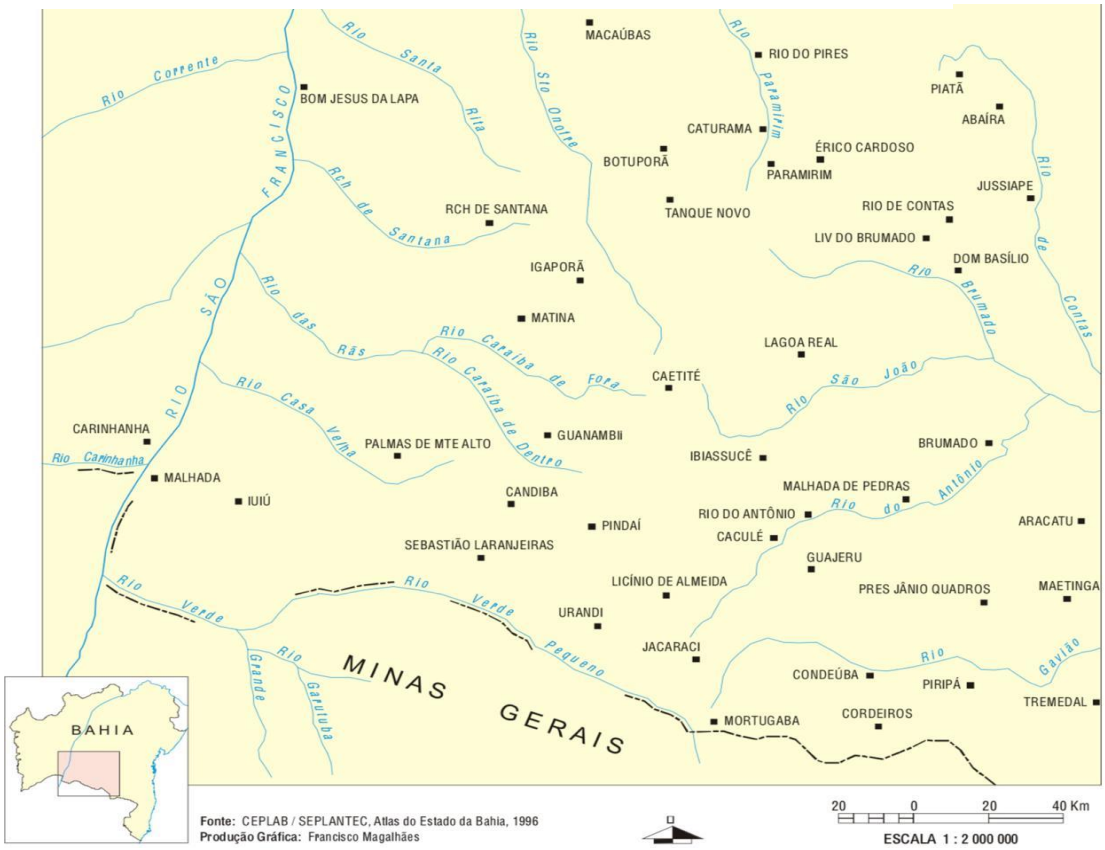
Dessa forma, é a partir do conjunto dessas documentações utilizadas e dos estudos desenvolvidos por Erivaldo Fagundes Neves, no contexto da história social e familiar nos sertões da Bahia, que se constitui uma peça-chave para compreender as organizações de propriedade e parentesco na região em estudo, com enfoque na família Cruz Prates. As contribuições de Neves, de Júnia Ferreira Furtado, e de Maria Lúcia Viveiros Araújo, bem como de outros autores que estudam as estruturas coloniais do Antigo Regime, fornecem aporte teórico consistente para a fundamentação do tema proposto.

[11] FURTADO, Júnia Ferreira. **A morte como testemunho de vida**. In: PINSKY, C.B.; LUCA, T. R. (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 93-118.

1.1.2 O Alto Sertão da Bahia

O presente estudo tem como objeto o Alto Sertão da Bahia, região que se constitui como o espaço territorial dessa pesquisa. É nesse espaço que se analisa as formações familiares e de propriedades que se formaram a estrutura social sertaneja. O Alto Sertão da Bahia pode ser compreendido como "um espaço construído pela sua população, consciente da identidade de solução ambiental, desenvolvido com vínculo de parentesco e de vizinhança, práticas comuns de folguedos, religião, tradições, representação política, atividades econômicas". [12] Essa região tem por limites naturais delimitadores "o vale do Rio Gavião a leste, as cadeias montanhosas da Serra do Sincorá (Chapada Diamantina) e vale do Rio Paramirim a norte, o curso do alto médio S. Francisco a leste e o vale do Rio Verde, que nos separa do vizinho Estado de Minas Gerais ao sul."[13]

Figura 1 – Mapa do Alto Sertão da Bahia e seu entorno



[12] NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. 2003. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

[13] SILVA, Zezito Rodrigues da. **Uma vila na periferia do Império: Sociedade, Território e Poder no Alto Sertão da Bahia (Vila Nova do Príncipe e Santa Anna De Caitete, 1810-1821)**. 2021. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

Fonte: NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. 2003. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

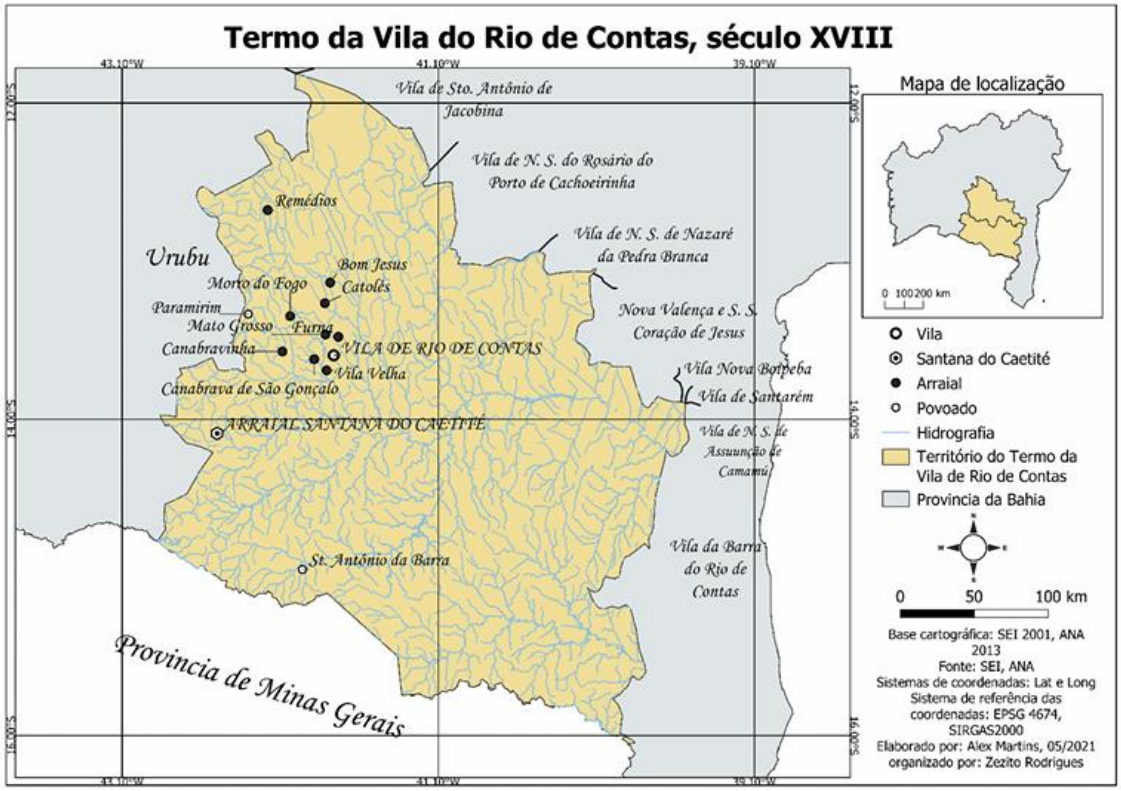
"A denominação 'Alto Sertão da Bahia' possui antecedentes remotos, possivelmente desde o século XVI, quando o território começou a ser conquistado por fazendeiros como Antônio Guedes de Brito, que se estabeleciam na região após submeter os indígenas." (Neves, 2005, p. 20). Antes da chegada dos europeus, essa região era ocupada pelos povos indígenas tapuias. Posteriormente, após a metade do século XVII, o sesmeiro Antônio Guedes de Brito, conquistou essa região por meio da captura desses povos, estabelecendo currais de gado pelo sertão.

No início do século XVIII, vieram diversos portugueses e andarilhos para essa região, atraídos pelas descobertas auríferas, principalmente nas Minas do Rio de Contas. Esses portugueses que aqui chegavam, arrendavam glebas de terras dos Guedes de Brito. Após estabelecidos, instituíam o cultivo de lavouras e a criação de animais *vacum* e cavalar. Como observa Silva, (2021, p.136), "Nesse imenso território, instalaram-se sitiantes e fazendeiros, arrendatários e meeiros que se dedicavam à criação de gado vacum e à atividade da policultura agrícola."

No século XVIII, o Alto Sertão da Bahia se estruturava em torno de algumas vilas que exerciam funções administrativas e econômicas fundamentais para a região. Entre elas, destacava-se a Vila de Nossa Senhora do Livramento de Rio de Contas, criada em 1724, que se tornou um dos mais importantes centros urbanos do interior baiano. A vila:

> [...] estendia-se por todo o vale de mesmo nome, até o litoral [atual Itacaré] e abrangia grande parte das regiões hoje denominadas de Chapada Diamantina, Serra Geral, Planalto da Conquista e o norte de Minas Gerais – do rio Jequitinhonha ao São Francisco – e partes do vale do Paraguaçu e Jequiriçá. (Neves; Miguel, 2007, p. 59-60, *apud* Almeida, 2012, p. 31).

Figura 2 – Mapa do Termo da Vila de Rio de Contas, século XVIII



Fonte: SILVA, Zezito Rodrigues da. **Uma vila na periferia do Império: sociedade, território e poder no Alto Sertão da Bahia (Vila Nova do Príncipe e Santa Anna de Caitete, 1810-1821).** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Adaptado de: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico. Salvador: SEI, 2001.

No mapa acima, pode-se observar que muitas povoações se formaram ao redor da Vila de Rio de Contas, enquanto o restante do território apresentava uma escassez de povoamento. Nesse período, os moradores viviam muito distantes uns dos outros, devido a precária ocupação do sertão, o que ocasionava um isolamento territorial entre as localidades e a sede da vila. Em léguas, as distâncias de Rio de Contas e alguns arraiais e povoadas eram "Vila Velha (1,5), Mato Grosso (2,5), Furnas (3), Canabrava (5), Catulés (8), Morro do Fogo (10), Bom Jesus (cerca de 10), Paramirim (12), Remédios (22), Sant'Anna do Caetité (22), Arraial da Vitória (43), Santo Antônio da Barra (72)."[14]

Assim, essas famílias se organizavam em comunidades rurais policultoras e estabeleciam currais de gado em pequenas propriedades rurais. Esse modelo de vida moldou as estruturas sociais da região, perpassando durante todo o século XVIII. É nesse contexto espacial que se insere Ignácio da Cruz Prates, um imigrante lisboeta que estabelece morada em uma

[14] ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Escravos e libertos nas Minas do Rio de Contas – Bahia, século XVIII.** 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

fazenda dentro da Vila de Rio de Contas, conquistando espaços sociais importantes e notórios para a época.

1.1.3 Tópicos da Pesquisa

Este trabalho está dividido em três tópicos que apresentam as análises a respeito dos estudos executados no decorrer da pesquisa. Dessa forma, foi utilizado para embasamento do trabalho, referências bibliográgicas, fontes de acervos digitais e acervos físicos, que discutem as relações de parentescos e propriedades da família Cruz Prates.

Inicialmente, o tópico I, intitulado "*Entre a Terra e o Sangue: A Família Cruz Prates no Sertão Baiano*", tem como objetivo contextualizar historicamente as primeiras povoações do Alto Sertão da Bahia, assim como analisar a família Guedes de Brito e sua atuação como conquistadores e colonizadores da região. Em seguida, discute-se sobre Ignácio da Cruz Prates e sua inserção nas documentações nos sertões baiano, bem como seu desempenho como conquistador de sesmarias, arrendatário de terras e Tenente-Coronel de uma milícia sertaneja.

No tópico II, intitulado *"Segunda Geração da Família Cruz Prates: Heranças, Legados e a Continuidade dos Laços Escravistas"*, abordo sobre a segunda geração da família Prates, especificamente sobre os dois filhos de Ignácio, Francisco e Manuel. Por meio dos inventários de Francisco e da esposa de Manuel, foi possível realizar uma tabulação dos bens dos indivíduos e apresentar a enorme riqueza que ambos possuíam em vida, sendo boa parte dela herdada do seu pai, Ignácio. Ainda, realizo uma constatação sobre o filho de Manuel, Anselmo da Cruz Prates, cujo registro de batismo revela que ele nasceu cativo e foi liberto no dia do seu batismo.

Por fim, o tópico III, intitulado *"Terceira Geração da Família Cruz Prates: A Consolidação da Linhagem Familiar e o Surgimento de São Sebastião do Cisco"*, examina a terceira geração da família, revelando nuances muito importantes e significativas para a pesquisa. Anselmo, apesar de nascido filho de uma escravizada, prosperou em vida, e em seu em inventário, há distribuição de sua enorme riqueza para os seus filhos. Nesse tópico ainda é examinado o inventário e testamento de Rosa da Cruz Prates, irmã de Anselmo, que também se enriqueceu e realizou práticas interessantes dentro do contexto escravista da época.

CAPÍTULO I – Primeira Geração da Família Cruz Prates: Origens nos Sertões Baianos

O estudo da ocupação de uma determinada região ou de uma sociedade em formação deve iniciar pela caracterização dos primeiros ocupantes, procurando-se conhecer suas origens e possíveis motivações da opção por aquele lugar (Neves, p. 61, 2003). A ocupação do sertão baiano entre os séculos XVII e XVIII ocorreu de forma gradual e estratégica, impulsionada por interesses econômicos, militares e religiosos da Coroa portuguesa. Os primeiros vestígios da exploração do sertão remontam ao século XVI, quando, em 1555, doze portugueses e um jesuíta realizaram uma expedição de cerca de dez meses. Partindo de Porto Seguro, atravessaram a Serra do Mar e percorreram aproximadamente 350 léguas até alcançar o rio São Francisco.[15]

A partir do século XVII e início do XVIII, os bandeirantes paulistas começaram a adentrar efetivamente o sertão, motivados pela busca de riquezas minerais, mão de obra indígena e rotas de contato com as capitanias do norte.[16] "Esses mercenários almejavam o reconhecimento e remuneração pelos seus serviços a Coroa, por meio de mercês e privilégios reais."[17] Estabeleceram moradias ao longo do rio São Francisco e seus afluentes, como o rio Verde, Pardo, Doce e Araçuaí[18], dando origem as fazendas de gado enquanto criavam redes econômicas e administrativas que favorecessem a expansão da colônia para além da zona costeira.

> A transformação de caçadores de índios, combatentes mercenários e pesquisadores de riquezas minerais em colonos criadores de gado é um dos processos mais interessantes do período que garante, de uma forma enviesada e descontínua, a ocupação brasílica de amplas áreas do setor baiano e mineiro. (Santos, Neves e Miguel, 2010, p. 267)

A ação de bandeirantes, mineradores e conquistadores teve papel decisivo na abertura de caminhos e na ocupação efetiva do interior dos antigos espaços Tapuia, transformando áreas anteriormente ocupadas por populações indígenas em propriedades rurais [19], promovendo as primeiras ocupações no território que viria a se chamar Alto Sertão da Bahia.

Essa dinâmica inicial não apenas facilitou a exploração econômica da região, como contribuiu para a estruturação de propriedades rurais concentrada na mão de poucas famílias, muitas das quais se estabeleceram no controle político local por meio de alianças políticas, controle militar e domínio econômico.

---

[15] NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio: um estudo de história regional e local.** 1. ed. Salvador: EDUFBA, 1998. 306 p.
[16] SANTOS, Márcio; NEVES, Erivaldo; MIGUEL, Antonieta. Caminhos **do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbio coloniais dos sertões da Bahia.** Salvador: Arcádia, 2007. *Politeia – História e Sociedade*, v. 7, n. 1, 2010.
[17] SILVA, Z. R. da. *op. cit.*, p. 92.
[18] NEVES, E. F., 1998, *op. cit.*, p. 88.
[19] SANTOS; NEVES; MIGUEL. *op. cit.*, p. 268.

Um dos exemplos mais expressivos foi a atuação de Antônio Guedes de Brito, mestre-de-campo que conquistou vastas sesmarias no Alto Sertão da Bahia através da dizimação dos povos indígenas, organizou uma verdadeira rede de propriedades que se estendia do interior da Bahia até o sul de Minas Gerais. "Por onde Guedes de Brito estendeu seus domínios, o fez com a guerra, submissão, expulsão ou extermínio das populações nativas." (Neves, 2005, p. 122). Antônio era filho de Antônio de Brito Correia e Maria Guedes, cujo avô materno fora tabelião e do qual herdara o mesmo ofício.[20]

Integrante da nobreza da terra[21], Antônio Guedes alcançou cargos políticos importantes, como Capitão de Infantaria em fevereiro de 1667 e Sargento-mor em dezembro do mesmo ano, além de Mestre de Campo em janeiro de 1671.[22] Por meio de batalhas com as populações nativas, requerimentos, concessões e compras de terras, Antônio consolidou seu domínio territorial. No testamento dos seus pais, realizado no século XVII, foi instituído o Morgadio dos Guedes de Brito, mecanismo no qual todos os bens deveriam ser transmitidos de geração em geração a um único herdeiro. O documento declara:

> Ordenamos ambos, e cada um de nós, que pague os nossos legados do remanescente de nossas terças, vendidos os bens de que se compuserem se ponha o produzido deles em Portugal onde se pagará tudo em bens livres, dos quais fazemos morgado para que ande em nossa geração, e nomeamos o primeiro possuidor deles ao de nosso filho capitão Antônio Guedes de Brito com condição que seja obrigado assim ele como os possuidores que depois deles sucederem no dito morgado a vincular a ele metade da terça, que por sua morte lhe ficar de seus bens para que assim vá aumentando o dito morgado [...]23

Conforme o testamento, o primeiro possuidor desse morgado foi Antônio, que posteriormente foi transmitido à sua filha e, depois, para sua neta. A instituição desse morgadio foi crucial para a perpetuação do poder dessa família e para a concentração da posse de terras, permitindo que se destacassem como um dos grupos familiares mais influentes da região. Como as delimitações dessas concessões não eram devidamente fiscalizadas pela Coroa Portuguesa, grande parte do atual território da Bahia ficou sob o controle da família Guedes de Brito, porém nunca confirmadas pela coroa portuguesa.

---

[20] ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Senhores de pequenos mundos: disputas por terras e os limites do poder local na América portuguesa. **Saeculum: revista de história,** v. 26, p. 63-77, 2012.

[21] Grupo de pessoas que pode ser proveniente do Reino ou mesmo de outras áreas do império, mas também nascidos no ultramar e que se enraizaram, estabelecendo benfeitorias em suas terras e tinham extremo interesse nas conexões políticas locais. ALVEAL, C. M. O. *op. Cit*, p., 66. Autora utiliza, para a análise do termo "nobreza da terra", referência a FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII) in: Topoí, 1, no. 1, (2000), p. 45-123.

[22] ALVEAL, C. M. O. *op. cit*. p. 66.

[23] Transcrição do testamento de Antônio de Brito Correia e Maria Guedes, conforme NEVES, Erivaldo Fagundes, **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio: um estudo de história regional e local.** EDUFBA, 2008, p. 74. (transcrição retirada de Simeão Ribeiro Pires).

> Este sertanista se apropriou da margem direita do São Francisco, desde o centro-norte da Bahia ao centro-sul de Minas Gerais, movendo guerra contra a população indígena e estabelecendo fazendas pecuaristas, ao longo do Grande Rio e seus afluentes, avançando para o leste, numa área superior ao território da maioria dos países da Europa, ou da soma de algum deles. (Neves, 2003, p. 23)

Em 16 de outubro de 1652, Antônio juntamente com seu pai, conseguiram adquirir a primeira sesmaria, em 2 de março de 1655, conquistaram a segunda, e, em 22 de agosto de 1663, Antônio e Bernardo Vieira Revasco, conseguiram uma terceira sesmaria, cada uma justificada pela necessidade de pastos para alimentar o gado. "Essas três concessões ocupavam uma vasta área no centro da Bahia, estendendo-se das nascentes do Itapicuru, em Jaquarari, as do Paraguaçu, em Barra da Estiva, limitando ao oeste com o Rio São Francisco".[24]

Em finais do século XVII, Antônio declarou possuir fazendas herdadas de seus pais, seus avós, terras arrematadas, sesmarias que eram de seus familiares, mas que estavam em sua posse e terras compradas. Ele ainda não contente com seu extenso domínio latifundiário pelo sertão baiano, realizou reivindicações dos gastos realizados na guerra contra os holandeses. Dessa forma, lhe forma concedidas as terras "do sertão do rio de São Francisco, rio Pardo, Rio de Contas e Jacobina, e as do sertão de Tocós e Tocanos".[25]

Nesse tempo, as Ordenações Filipinas não delimitavam a extensão da apropriação das terras. Soma-se ainda a ausência de fiscalização por parte do governo português, que facilitou a apropriação extensiva de domínios, criando as bases para uma estrutura agrária oligárquica que perduraria por séculos. Como conclui Neves, "Esse vasto loteamento, iniciado pelos Guedes de Brito, delineou-se a estrutura fundiária do Alto Sertão da Bahia" (Neves, 2003, p. 197).

O patrimônio de Antônio foi herdado por sua filha Isabel Maria Guedes da Silva, fruto de sua relação extraconjugal com Serafina de Souza Dormundo, uma mulher indígena. Posteriormente, esse patrimônio passou para sua neta, Joana da Silva Guedes de Brito, que se tornou a única herdeira do morgadio da sua família, consolidando-se como uma das maiores latifundiárias do sertão.

É nesse cenário que se insere a figura de Ignácio da Cruz Prates, lisboeta que migrou para o sertão baiano no início do século XVIII. Embora tenha inicialmente arrendado terras da

---

[24] NEVES, E. F., 1998, *op. cit*., p.55.

[25] APEB. Seção Judiciário. Série Autos Cíveis. Maço 8.337. Auto 01. Ação de divisão e demarcação de terras: fazendas Tamanduá e Gameleira, f. 45. "Translado da procuração de João Saldanha da Gama Mello e Torres Guedes de Brito, Conde da Ponte, e sua mulher Maria Constância de Saldanha da Gama Oliveira e Sousa, ao capitão Pedro Francisco de Castro, em 6 de março de 1806." *Apud* NEVES, E. F., 1998, *op. cit*., p. 58.

poderosa família Guedes de Brito, Ignácio foi também descobridor e requerente de novas terras. Longe de ser apenas um beneficiário das estruturas fundiárias já estabelecidas, Ignácio inseriu-se como protagonista do processo de territorialização sertaneja, ampliando os limites da propriedade colonial e reivindicando legalmente o domínio sobre terras ainda não descobertas.

1.2. A Trajetória de Ignácio da Cruz Prates no Alto Sertão da Bahia

O ponto de partida para o estudo da família Cruz Prates é o nascimento do patriarca, Ignácio da Cruz Prates, ocorrido no século XVII, na aldeia de Pavia e Arraiolos em Portugal. Seu batismo está registrado no *Livro registro de baptismo* no Arquivo Distrital de Évora. O documento é datado de 1669 até 1703, no qual registra a sua inserção na comunidade católica desde a sua infância.

Conforme registro encontrado no Livro de Baptismo, Ignácio recebeu os santos óleos no dia 03 de maio de 1682, filho legítimo de Gregório Pratas e sua mulher Maria dos Santos.[26] No momento do seu batismo, alguns padrinhos se fizeram presente, e um dos nomes possível de identificação é o nome Anna, estando o restante ilegível para leitura. Ignácio também teve um irmão chamado Antônio Prates, que posteriormente se tornaria médico formado pela Universidade de Coimbra em 1712[27], além de Francisco e Rodrigo.

Em 1685, Gregório Pratas, realizou um processo de habilitação *"de genere"* dos seus três filhos, Inácio, Francisco e Rodrigo Pratas, solicitando a admissão nas ordens menores. Gregório apresentou petição para que seus filhos fossem reconhecidos como "cristãos velhos", ou seja, sem nenhuma ascendência judaica, legitimando a "limpeza de sangue" dos seus filhos. Para afirmar tal pureza, o processo registra uma sentença emitida pelo sogro de Gregório, Francisco Pires Godinho, que atestava a linhagem familiar e servia como prova de legitimidade para a habilitação.[28] Apesar das diligências, o pedido de Gregório foi negado, e os habilitandos foram impedidos de auferirem as ordens pretendidas.

Nesse documento, o sobrenome de Ignácio aparece como "Inácio Pratas", igual ao do seu pai, Gregório Pratas. No entanto, nas documentações que se tem de Ignácio após sua

---

[26] ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA. **Livro de registro de batismo da freguesia de São Mamede da cidade de Évora (1669–1703),** f. 118. Registro de batismo de Ignácio, filho de Gregório Pratas e Maria dos Santos, 3 maio 1682.

[27] SILVA, Tiago José Soares. **Dicionário Genealógico do Sertão: as famílias pioneiras do alto sertão baiano.** Vitória da Conquista: 2021.

[28] "Processo de habilitação *de genere* de Francisco Pratas, Rodrigo Pratas e Inácio Pratas, filhos de Gregório Pratas e de Maria dos Santos, naturais de Pavia e Arraiolos, para serem admitidos a ordens menores". ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA. Processo de habilitação de genere, 1685. Proc. nº 805, Mç. nº 26.

chegada ao Brasil, observa-se seu nome escrito como Prates, e não mais como Pratas. Essa alteração sugere que, com a mudança de país, Ignácio pode ter ajustado a escrita do sobrenome. O primeiro sobrenome, Cruz, não foi herdado nem do seu pai e nem da sua mãe, podendo ter sido adotado em algum momento da sua vida.

Embora não seja possível determinar com precisão o ano de chegada de Ignácio da Cruz Prates ao Brasil, seu nome começa a figurar nos registros do sertão baiano no início do século XVIII. Em 20 de julho de 1718, por meio de um requerimento enviado ao rei D. João V, Ignácio solicitou a confirmação da carta patente que o nomeava capitão de uma companhia de infantaria da ordenança dos distritos do rio Gavião. Esse documento revela que, já na primeira década do século XVIII, Ignácio se inseria nas estruturas de poder local em uma região certamente conhecida e dominada por ele.

O requerimento em questão apresenta elementos que reforçam a posição de destaque ocupada por Ignácio na região. Nele, solicita-se a patente de Capitão de uma Companhia de Infantaria da Ordenança do Regimento "dos distritos do Rio Gavião até as fazendas do pé da Serra"[29] subordinado ao coronel Pedro Leolino Mariz, figura de grande prestígio no cenário militar e político do sertão baiano no início do século XVIII. Pedro Leolino foi um importante sertanista e superintendente que adquiriu status e ascensão social com a prestação de serviços a coroa. Por meio da sua relação com o governo, obteve um poderio de governança no sertão baiano.[30]

Após a colonização feita por Portugal ao Brasil, com um imenso território para administrar, tornou-se necessária a organização de forças armadas locais para o controle da ordem. Assim, "o governo metropolitano instituiu no século XVII um Corpo Colonial de Ordenanças"[31], prevalecendo no sertão baiano as chamadas milícias sertanejas. Segundo Neves (2005, *apud* Silva, 1986), as tropas eram formadas por "homens brancos, robustos, de boa aparência e solteiros". Essa organização militar, é descrita detalhadamente no artigo:

> As mais remotas informações sobre as milícias sertanejas são do início do século XVIII, quando no município do Rio de Contas existiam dois regimentos: um circunscrito ao norte da vila, até os limites de Jacobina, comandado pelo coronel André da Silva Nobre; outro ao sul, incluindo os vales dos rios Verde Grande (e

[29] "Requerimento de Inácio da Cruz Prates ao rei [D. João V], solicitando confirmação de carta patente do posto de capitão de uma companhia de infantaria da ordenança dos distritos do rio Gavião." *Projeto Resgate. Arquivo Histórico Ultramarino* – AHU, Bahia Avulsos, 1730, cx. 30, doc. 50.

[30] RODRIGUES, Williane de Andrade. **Governando a periferia: uma discussão sobre poder local em Minas Nova de Araçuaí.** Orientadora: Hélida Santos Conceição. 2020. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2020.

[31] NEVES, Erivaldo Fagundes**. Poder local oligárquico: Alto Sertão da Bahia**. Sitientibus, n. 15, 1996.

> Pequeno), Pardo, e Jequitinhonha — territórios baianos até 1751 —, pelo coronel Pedro Leolino Maris, secundado pelo Tenente-Coronel Inácio da Cruz Prates" (Neves, 2003, p.325).

Como se pode observar, Ignácio aparece nesse trecho já denominado como Tenente-Coronel, o que demonstra que durante sua vida, ele obteve um enorme prestígio social, se tornando além de capitão, Tenente-Coronel de uma milícia sertaneja. Nesse período, como destaca Neves, "Constituía dever dos 'homens bons' da colônia o exercício de cargos políticos, administrativos e judiciários, nas vilas e freguesias, além de postos das milícias coloniais, responsáveis pela ordem social e segurança interna."[32]

Participar dessa estrutura paramilitar, entretanto, requeria gastos pessoais, além de não oferecer remuneração financeira. Neves destaca que "Milícias e ordenanças não remuneravam seus efetivos, que se fardavam, armavam-se por conta própria, e ainda pagavam tributos pelas patentes, gozando em contrapartidas de privilégios, imunidades e prestígio social." (Neves, 2003, p.324). Fica evidente, portanto, que Ignácio da Cruz Prates investiu nesse cargo como estratégia de afirmação e ascensão social no sertão baiano do século XVIII, permanecendo e garantindo que sua influência construída perpetuasse por suas gerações familiares.

Ao se estabelecer no sertão baiano, Ignácio da Cruz Prates consolidou sua presença regional por meio do arrendamento de terras pertencentes aos herdeiros da família Guedes de Brito, com destaque para a Fazenda Barrocas e o sítio Riacho do Antônio. A Fazenda Barrocas, localizada no termo da Vila de Nossa Senhora do Livramento de Rio de Contas, foi obtido de Joana da Silva Guedes de Brito, neta de Antônio Guedes de Brito e uma das maiores latifundiárias do sertão no século XVIII.

A Fazenda Barrocas foi o local onde Ignácio residiu com sua família e criou seus filhos, constituindo ali sua base territorial e social até o fim de sua vida. Documentos oficiais o identificam como "morador na Fazenda Barrocas", evidenciando sua inserção efetiva no território. A importância dessa fazenda é mencionada por Erivaldo Fagundes Neves, que afirma tratar-se de uma propriedade desmembrada da antiga Fazenda São Domingos, explorada por Ignácio já no início do século XVIII, por meio de arrendamento feito diretamente com Joana da Silva Guedes de Brito.[33]

Nesse período, a administração portuguesa pouca conhecia os sertões baianos, já ocupado por colonos vindos de outras capitanias e por moradores locais. A coroa, portanto, autorizou a realização de expedições exploratórias, com o objetivo de mapear a região, conhecer

[32] NEVES, E. F., 2019, *op. cit*, p.123
[33] NEVES, E. F., 2003, *op. cit*, p.284

a ocupação humana e as regiões auríferas. Como destaca Santos, Neves e Miguel (2010, p. 271) "Tratava-se de elaborar uma descrição geoeconômica de amplas regiões do interior da Bahia, possibilitando a ocorrência e a capacidade produtiva de jazidas auríferas recém-descobertas, as condições de transporte do ouro até a costa e as povoações dos territórios".

Nesse contexto, em 12 de janeiro de 1731, por ordem do vice-rei, o baiano Joaquim Quaresma Delgado foi o premiado para realização da tarefa, sendo considerado um sertanista avançado e inteligente.[34] Entre os anos de 1731 e 1734, Quaresma Delgado percorreu o Alto Sertão da Bahia, em regiões como Jacobina, Rio de Contas, Minas Novas e o Médio São Francisco.

Delgado em sua viagem, realizou anotações contendendo descrições dos caminhos percorridos, como fazendas, sítios e ocupantes dos sertões baianos. A Fazenda Barrocas foi mencionada pelo bandeirante durante sua viagem. Em seu relato, o sertanista descreve a paisagem da fazenda com detalhes que atestam seu valor estratégico e produtivo:

> (...) e se vê um capão de mato que é as cabeceiras dos Angicos, e se vai passar o pé dele e que aqui tem seu morador e há até aqui mais de meia legua, e d'aqui, seguindo a marcha, se irá dar na fazenda das barrocas, que tem suas roças e curral de gado, e umas poucas casas. Aqui está entre umas serras e penhascos que por isso lhe chamam Barrocas. Aqui tem água e pastos há duas leguas e um quarto.[35]

A região onde se situava a antiga Fazenda Barrocas corresponde atualmente ao território do município de Pindaí[36], área que deu origem ao distrito de Guirapá, o que reforça a permanência histórica da ocupação iniciada por Ignácio nesse espaço. Embora Ignácio se identificasse como morador da Fazenda Barrocas em seus requerimentos oficiais, é possível perceber que a região ainda era referida, em algumas fontes da época, como parte do antigo complexo da Fazenda São Domingos. Um exemplo disso está no roteiro de Quaresma Delgado (1731–1734), que, ao descrever o trajeto entre as fazendas da região, menciona a fazenda sítio de São Domingos, onde residiria o Tenente-Coronel Ignácio da Cruz Prates.

> [..] e d'aqui seguindo a estrada mais adiante outra légua e meia se vai dar na fazenda sítio de S. Domingos mais é de advertir que partindo da fazenda das Barrocas em distância de uma légua se topam dois caminhos, uma à direita e outra à esquerda, o qual não se deve seguir que este vai dar em um sítio, onde mora o Tenente-Coronel Ignácio da Cruz Prates (...)[37]

---

[34] SANTOS; NEVES; MIGUEL, *op. cit*., p. 267

[35] PROJETO RESGATE, *op. cit*., Cx. 70, doc. 529.

[36] Pindaí, localizado na Serra Geral da Bahia, é um município de pequeno porte com predominância rural, população de 14.731 habitantes (IBGE, 2022) e economia centrada na agricultura.

[37] Roteiro de Quaresma Delgado, conforme transcrição em: NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta, 2007, *op. cit*., p. 93

Esse registro sugere que, mesmo após o desmembramento formal, os nomes das propriedades continuaram sendo usados de maneira sobreposta. Além da Fazenda Barrocas, Ignácio da Cruz Prates também expandiu sua presença territorial por meio da aquisição de outras propriedades na região. Um exemplo significativo é o sítio Riacho do Antônio, adquirido da proprietária Catharina Guedes de Brito e seu marido o capitão-mor, Antônio Fernandes Amado em 1739. A transação, registrada em escritura pública, demonstra o investimento realizado por Ignácio:

> Escritura de venda entre partes que fazem o capitão-mor Antônio Fernandes Amado e sua mulher Dona Catharina Guedes de Brito do sítio chamado o Riacho do Antônio que haviam comprado do Alferes João Pereira da Penha, e sua mulher Cahetana da Luz(?) Barreira; e a vendem na mesma forma que a (?), ao Tenente Coronel Ignácio da Cruz Prates por preço de trezentos e vinte mil réis, e assim mais quarenta e sete éguas e sete mil reis cada uma, e sessenta cabeças de gado a três mil reis cada cabeça; e todas as referidas quantias recebeu ao fazer desta. [38]

O elevado montante envolvido na compra, somado à inclusão de dezenas de animais, como o gado *vacum* e cavalar, evidencia que Ignácio dispunha de recursos financeiros significativos. As terras adquiridas, inicialmente referidas como sítio Riacho do Antônio, seriam mais tarde identificadas como parte do território que hoje compõe o município de Rio do Antônio, localizado no estado da Bahia.

Ignácio foi um homem branco, com expressivos recursos econômicos, sociais e políticos, mas que permaneceu solteiro até o fim de sua vida**.** Sua linhagem foi estabelecida a partir das relações que manteve com suas escravizadas Úrsula, de nação Angola, e Rosa, de nação Guiné. Dessa união nasceram quatro filhos: Francisco (de Úrsula), e Manuel, Maria e Theodorio (de Rosa).

Em 1741, Ignácio da Cruz Prates encaminhou ao rei D. João V um requerimento solicitando a concessão de carta de A para seus quatro filhos, a fim de que pudessem sucedê-lo na posse de seus bens. Declarou nunca ter sido casado, encontrando-se então com 56 anos de idade, e manifestou o desejo de reconhecer formalmente a filiação, garantindo-lhes o direito à herança. No documento, Ignácio afirma possuir:

> porque tem quatro filhos naturais todos pardos, a saber Maria, Francisco, Manoel e Theodorio; e pretende fazer seu testamento solene, deixando por herdeiros de sua fazenda aos sobreditos seus filhos naturais (...) e se evitarem as injustiças, que obram os oficiais dos defuntos, e ausentes, não dando cumprimento aos testamentos.[39]

---

[38] RIBEIRO, Marcos Profeta. **Mulheres Sertanistas: Transmissão e Sedimentação Cultural do Trabalho Feminino na Formação das Primeiras Fazendas de Gado dos Sertões Baianos (1704-1838).** Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo – USP, 2019, p. 121.
[39] PROJETO RESGATE, *op. cit*., Cx. 70, doc. 529.

Na sociedade colonial, filhos concebidos fora do matrimônio, especialmente os nascidos de mulheres escravizadas, eram considerados ilegítimos pelas normas jurídicas da época. Dentro dessa ilegitimidade, havia duas categorias: os espúrios e os naturais. Conforme explica Vanda Lúcia Praxedes:

> A existência ou não de impedimentos matrimoniais entre os pais determinava a categoria da filiação. Distinguia-se, portanto, em legítimos (justi ou legitimi), aqueles gerados de pais casados entre si; espúrios (spurii, vulgo quaesiti, vulgo concepti), nascidos de união ilegítima (incestuosos, adulterinos) e naturais (naturales liberi), oriundos de concubinato. (Praxedes, 2003, p. 3)

"Os filhos naturais eram aqueles nascidos de pais que poderiam ter contraído matrimônio, mas não o fizeram, ou seja, não possuíam, portanto, qualquer impedimento, seja dirimente ou impediente"[40], para se casar. No caso de Ignácio, sua própria carta de perfilhação afirma que seus descendentes eram "filhos naturais", o que confirma que não se tratava de filhos espúrios, mas de uma união sem impedimentos matrimoniais formais.

O Direito Romano, de onde derivava essa classificação, estendeu-se pela Península Ibérica e chegou ao Brasil com a colonização portuguesa. Entretanto, mesmo quando havia o reconhecimento formal, o direito sucessório dos filhos ilegítimos era limitado. Como aponta Márcio de Souza Soares:

> O Código Filipino ditava que os filhos naturais de homens nobres não teriam direito à herança, mesmo legitimados, caso houvesse filhos nascidos de legítimo matrimônio ou outros legítimos ascendentes. Na falta desses, aí sim poderiam herdar, uma vez confirmada a legitimação. (Soares, 2003, p. 11)

No caso de Ignácio, embora o reconhecimento como filhos naturais conferisse aos seus descendentes certo respaldo jurídico para a sucessão, o fato de serem pardos e filhos de mulheres escravizadas acrescentava uma barreira social e simbólica à sua integração plena na ordem sucessória. Assim, a perfilhação, mais do que um simples ato jurídico, representava uma tentativa de garantir a transmissão patrimonial e a preservação da posição social de sua prole dentro de um sistema patriarcal e hierarquizado.

---

[40] COUTINHO SILVA, Luisa Stella de Oliveira. **"Como se de legítimo matrimónio nascida fora": A Construção da filiação no Império português a partir da legitimação de uma filha sacrílega na capitania da Paraíba.** *Varia Historia*, v. 38, p. 91-124, 2022.

No requerimento, Ignácio, ao tentar assegurar o reconhecimento de seus filhos como legítimos descendentes, justifica o fato de tê-los concebido com mulheres escravizadas alegando que, sendo homem e solteiro, não havia impedimento para tais relações:

> sendo ele solteiro, como sempre foi até o presente, como o homem olhara para duas escravas suas, uma por nome de Úrsula, de nação Angola, a quem teve um filho por nome Francisco, e a outra por nome Rosa, nação de Guiné, de quem teve três filhos, Maria, Teodorio, Manoel, as quais um tempo em que conceberem pariram, eram e também são ainda hoje solteiras, que com certeza eram seus filhos e por tais o reconheço (...).[41]

Em sua defesa, Ignácio afirma ter tratado bem todos os filhos, declarando que sempre foram "venerados, amado, servido", recebendo alimentação e vestuário adequados. Para reforçar sua argumentação, recorre a testemunhas, entre elas o sargento-mor Duarte Pacheco Pereira, vizinho e amigo, que confirma a paternidade e reafirma a condição de seus filhos como parte de sua parentela. Quanto mais indícios Ignácio tivesse que provasse o reconhecimento pela paternidade, melhor estaria ganha a sua causa e comprovado os laços sanguíneos com os seus filhos.

A utilização do testemunho de figuras locais de prestígio, como o sargento-mor Duarte Pacheco Pereira, demonstra que a legitimação da paternidade não se restringia a um ato privado, mas também passava por um reconhecimento público mediado por pares de mesmo status social. Assim, o ato de reconhecer os filhos extrapola o âmbito afetivo, constituindo uma ação política e econômica, pois assegurava a transmissão de bens, fortalecia alianças e consolidava a rede de poder de Ignácio na região.

Além das escravizadas Úrsula e Rosa, pertencentes a Ignácio da Cruz Prates, há registro de Joanna Figueira, outra escravizada de sua propriedade. Joanna pagou por sua alforria a quantia de 100$000, porém Ignácio estabeleceu como condição de sua alforria não viver nas proximidades de sua residência, podendo chama-la novamente na condição de cativa, caso não cumprisse a ordem estabelecida.[42] Sobre esse tipo de situação, Neves (2012, p. 169) menciona que "A alforria concedida ao um escravo poderia ser revogada nos casos de os libertos cometer alguma ingratidão contra quem o alforriou". Dessa forma, tal prática legítima o direito de Ignácio poder chamar Joanna novamente a cativeiro, caso ela cometesse o ato que foi delimitado por ele.

Outro indício de posse de escravizados por Ignácio, encontra-se na obra *Escravidão, Pecuária e Policultura*. Segundo Neves (2012, p. 165), em meados do século XVIII, há o

---

[41] Projeto Resgate, *op. cit.*, Cx. 30, doc. 50.
[42] ALMEIDA, K, L, N. *op. cit.*, p. 171. Transcrição realizada pela autora. *AMPRC, Seção Judiciária, LNT, nº 9, 1747 a 1752, fls. 118v (06 de fevereiro de 1749 e 20 de abril de 1750).*

registro de uma dívida de 1.600 réis atribuída a José Antônio, escravo do tenente-coronel Ignácio da Cruz Prates, o que indica a existência de outros cativos além dos já listados no requerimento e no registro acima.[43]

Ao assegurar a sucessão de seus bens por meio da carta de perfilhação, Ignácio da Cruz Prates além de ter formalizado a filiação de seus quatro descendentes, estabeleceu ainda as bases para a continuidade patrimonial da família no sertão baiano. Essa decisão garantiu que o acúmulo territorial conquistado ao longo de décadas fosse preservado e transmitido para a geração seguinte, possibilitando a consolidação de um núcleo fundiário que se projetaria para além do século XVIII.

Além das propriedades arrendadas e adquiridas por compra, Ignácio da Cruz Prates também protagonizou um processo ativo de descoberta e ocupação de novas terras, consolidando-se como um agente fundiário de destaque no sertão baiano. Em 1756, encaminhou ao rei D. José um requerimento solicitando a confirmação das noves cartas de sesmarias[44], nas quais detalha as terras que estavam sob sua posse e uso contínuo:

> [...] e também está de posse da fazenda chamada o Jacaré, que o suplicante descobriu a sua custa o qual confronta de sua parte a fazenda de São João, que é do suplicante, e das outras com Santa Clara, Salto, e Campo de que é a fazenda de Santa Rosa da Lage, confronta de uma parte, com a fazenda chamada a das Barrocas, tão bem dos suplicantes e por outras partes com a fazenda chamada Carnaíbas Pequenas e a Serra da Pereirinha e a mangabeira do rio pequeno e a fazenda do Gavião confronta com as fazendas da Serra talhada, Bonsucesso e Piripiri, e Barra, a fazenda do pé da Serra, vertente do rio Jequitinhonha, confronta de uma parte com a fazenda de Salinhas e das outras partes com as fazendas Tabocas, Santa Ana e Ribeirão.[45]

É possível observar que no documento, Ignácio declara estar de posse de sua fazenda denominada Barrocas, propriedade essa que ele residia há alguns anos e onde constituiu, junto com seus escravizados e seus filhos, seu núcleo familiar. Ele afirma ainda estar de posse da fazenda chamada o Jacaré. Essa referência a fazenda Jacaré segure-se que possa haver relações direta com a mesma propriedade que deu origem ao atual município de Ibiassucê.

A riqueza de detalhes no requerimento demonstra não apenas a extensão territorial sob seu domínio, mas também a preocupação de Ignácio em formalizar legalmente as posses que já explorava de maneira pacífica e produtiva. Como destaca a historiografia, esse tipo de prática

---

[43] NEVES, Erivaldo Fagundes. **Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX**. Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012.

[44] Território disponível para colonização de terceiros, com anuência governamental. NEVES, E. F., 2003, *op. Cit*, p. 102.

[45] "Requerimento do tenente-coronoel Inácio da Cruz Prates ao rei [D. José] solicitando confirmação das noves cartas de sesmarias."

era comum no período colonial "Com frequência, ocupavam-se terras sem titulação para, em seguida, formularem-se pedidos de sesmarias ou legalização de posse, que antecipava à definição da propriedade, com o uso parcial do terreno."[46]

O requerimento de 1756 revela que Ignácio da Cruz Prates seguia uma prática recorrente entre os agentes colonizadores: a negociação direta com a Coroa Portuguesa, visando legitimar uma vasta extensão de terras já ocupada com criações de gado vacum e cavalar. Esse sistema de sesmarias adotado pela Coroa Portuguesa mostrou-se desordenado, pois muitos posseiros agiam com práticas inadequadas, reordenando as sesmarias conforme suas próprias vontades.

Além disso, o próprio requerimento reforça a lógica territorial da época, em que os limites fundiários eram definidos por referências naturais, sem a necessidade de medições oficiais. Como observa Erivaldo em sua pesquisa "As cartas de sesmaria não indicavam confrontações nem áreas com precisão. Reproduziam referências temporárias e acidentes geográficos indicados pelos requerentes, conhecedores ou ocupantes dos terrenos pretendidos".[47]

Essa prática explica a forma como Ignácio descreve suas propriedades no requerimento de 1756, utilizando marcos como serras e fazendas vizinhas. Sua solicitação para não realizar a medição das terras para evitar excessiva despesa, também se encaixa nesse contexto normativo, comum no sertão da Bahia.

As sesmarias foram instituídas em Portugal no século XIV, "no reinado de Fernando I como uma lei agrária de fomento da produção agrícola e do cultivo das terras ermas, a medida foi, posteriormente, denominada das sesmarias".[48] Com a colonização portuguesa, esse sistema fundiário foi transplantado para o Brasil com as Capitanias Hereditárias em 1534, adaptando-se às condições locais. Aqui, a concessão de sesmarias tinha como objetivo incentivar o povoamento e a produção, condicionando a posse ao uso produtivo da terra e à residência do sesmeiro. Como observa Neves:

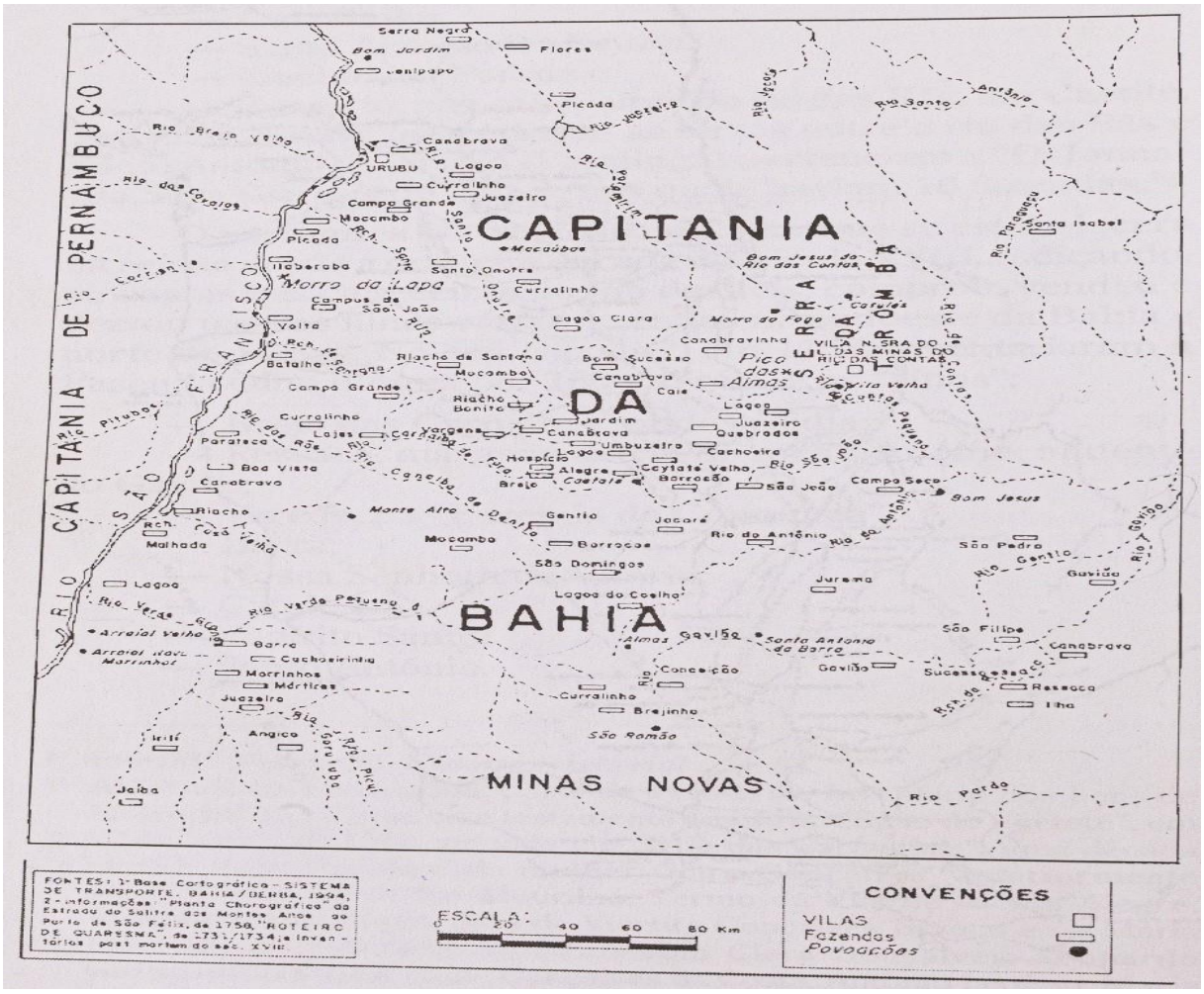
> O sistema de sesmarias esboçou, na América Portuguesa, a ordem jurídico-política da colonização, estabelecendo critérios de repartição das terras, condições de posse e prazo para exploração, possibilitando, inclusive, a ocupação, sob pretexto de descobrir e conquistar do gentil. (Neves, 2003, p. 126)

[46] NEVES, E. F., 2003, *op. Cit.*, p. 119.
[47] *Id*., p. 119.
[48] NOZOE, **Nelson et al. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia**. *Revista Economia*, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006.

O responsável por essas extensões de terras era denominado sesmeiro, ou seja, o "donatário de sesmaria"[49], que tinha como função explorar as terras dentro de um prazo determinado, desde que não houvesse duplicidade dos registros. No requerimento de 1756, Ignácio da Cruz Prates afirma que as sesmarias que estavam sob sua posse foram descobertas a sua "própria custa", e que já vinha "desfrutando com suas lavras e criações de criações de gados *vacum* e cavalares mança"[50]. Argumentava, ainda, que, devido ao grande número de animais que possuía, necessitava de todas as referidas áreas para pastagem, reforçando a prática corrente de ocupação e posterior legitimação da posse por meio da solicitação de cartas de sesmaria.

Para ilustrar a configuração fundiária inicial do Alto Sertão da Bahia, o mapa elaborado por Lúcio Flávio Santos Neves, publicado por Erivaldo (1998), apresenta os primeiros povoamentos na transição do século XVIII para o XIX. Nele, é possível observar as principais Vilas, Fazendas e Povoações que existiam no período.

Figura 3 – Mapa do Alto Sertão Da Bahia Na Transição do Século XVIII ao XIX



[49] NEVES, E. F., 2003, *op. cit*, p. 102.
[50] "Requerimento do tenente-coronoel Inácio da Cruz Prates ao rei [D. José] solicitando confirmação das noves cartas de sesmarias." Projeto Resgate. AHU, Bahia avulsos 1755, Cx. 134, doc. 89.

Fonte: NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio: um estudo de história regional e local**. EDUFBA, 2008. Desenho de Lúcio Flávio Santos Neves.

Dentre as Fazendas apresentadas no mapa, é possível observar a Fazenda Barrocas, propriedade de Ignácio arrendado de Joana da Silva Guedes de Brito; a Fazenda Rio do Antônio, que ele arrendou de Antônio Fernandes Amado e sua mulher Catarina Guedes de Brito em 1739; e a Fazenda Jacaré. Esta última corresponde a mesma Fazenda mencionada por Ignácio em 1756 no seu requerimento, no qual declara ter tomado posse dela e das regiões próximas. Pode-se afirmar, dessa forma, que a extensão do território que Ignácio possuía no século XVIII, por meio do arrendamento e do descobrimento, era bastante ampla, corroborando a ideia de que não apenas a família Guedes de Brito eram os únicos senhorios do território baiano, mas que também outros agentes coloniais investiram recursos na ocupação e futura legitimação dessas terras.

Conclui-se que Ignácio foi o descobridor do território que hoje corresponde ao atual município de Ibiassucê, sendo responsável pelas primeiras ocupações na localidade. Esse município teve origem com a Fazenda Jacaré, que constituiu o primeiro núcleo territorial da cidade. Na época, a Fazenda Jacaré possuía uma extensão enorme, abrangendo territórios que iam além dos limites do povoado de São Sebastião do Cisco, alcançando áreas do atual município de Caculé, e outras regiões territoriais delimitados por limites geográficos naturais. Esse território posteriormente seria transmitido para suas futuras gerações, como seus filhos e netos, que passaram a ocupa-los efetivamente, realizando a criação de gado *vacum* e cavalar, além de atividades agrícolas, as quais serão abordados nos próximos capítulos.

Embora os registros sobre a atuação de Ignácio nos sertões baianos sejam amplos, pouco se encontra sobre os seus últimos anos de vida. Não se sabe a data exata do seu falecimento. O registro mais aproximado é o dos Autos de Habilitação realizado por sua parentela, no ano de 1767, afim de preservar os seus legados[51], o que indica que ele já havia falecido nesse ano. Sabe-se, ainda, que ele faleceu no seu sítio das Barrocas.

Iniciar uma vida nos vastos sertões da Bahia no início do século XVIII, se configurava como uma tarefa árdua, marcada sobretudo pela escassez de recursos disponíveis e pelas grandes dificuldade de comunicação entre os familiares que eram deixados em terras europeias.

[51] "Autos de habilitação e justificação de D. Maria Madalena, e suas irmãs D. Francisca Antónia Joaquina, D. Guiomar Teodora de Jesus, D. Catarina Maria da Piedade, D. Inácia Maria Xavier, e João Batista da Silva e Brito, viúvo de D. Jacinta Joana de Prates, por cabeça de sua filha menor Maria Antónia" ANTT, 1767, mç. 436, n.º 8.

Ignácio ao se instalar nos sertões baianos, enfrentou os desafios da adaptação de um território pouco explorado, mas o desejo de prosperar e estabelecer as bases de integração no espaço.

Ignácio configurou-se como um grande latifundiário da época, sendo conquistador de terras, arrendatário, dono de escravizados, e ainda Tenente-Coronel de uma milícia sertaneja. Sua inserção dentro da vida militar e política da época, evidencia o prestígio social que ele obteve em vida. Trata-se de um homem que conseguiu deixar um legado de tamanha magnitude, transmitido para os seus descendentes, que herdaram e usufruíram dos bens deixados por ele. Apesar de ter tido filhos com suas escravizadas, ele não deixou de legitimar a paternidade e garantir-lhes o direito da herança, fato esse que demonstra um aspecto singular e notável do período.

A trajetória de Ignácio permitiu-lhe consolidar uma base social e econômica sólida, a partir da qual seus descendentes ampliaram ainda mais o patrimônio e seu legado familiar. Esse legado possibilitou que sua linhagem continuasse com a influência e poderio local, de modo que até os dias atuais, o sobrenome Prates continua a ressoar nas histórias do Alto Sertão da Bahia.

CAPÍTULO II – Segunda Geração da família Cruz Prates: Heranças, Legados e a Continuidade dos Laços Escravistas

Como destacado no capítulo anterior, Ignácio da Cruz Prates teve quatro filhos com duas mulheres escravizadas de sua propriedade: Manoel, Maria, Theodorio e Francisco. No presente capítulo, serão abordados especificamente os filhos Francisco e Manoel, com o objetivo de analisar suas trajetórias familiares e patrimoniais, contribuindo para a compreensão da consolidação da segunda geração da família Cruz Prates.

Como ponto de partida para analisar a segunda geração da família Cruz Prates, é fundamental destacar que tanto Francisco quanto Manoel herdaram um legado patrimonial e social significativo deixado por Ignácio, buscando estratégias para a sua manutenção e reprodução, como casamentos com famílias de renome social e a preservação da posição social e de autoridade local. Como observa Marília Barbosa de Brito:

> [...] família é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, de modo que a colonização repousará na família patriarcal. Nela podia-se ver o resultado do sistema econômico, político, militar e principalmente social. Definia-se por um núcleo central, constituído pelo patriarca, uma esposa branca e filhos legítimos. (Brito, 2004, p. 4-5)

Essa concepção de família se evidencia na segunda geração da família Prates, quando Francisco estabelece matrimônio com sua esposa Francisca Ribeiro da Silva e tem filhos legítimos, mantendo os privilégios herdados do seu pai, como bens materiais e uma posição de destaque ao herdar o sobrenome. Sua filha, Maria da Cruz Prates, seguiu o mesmo exemplo de estabelecer alianças familiares ao se casar com Alexandre de Souza Carvalho. Esse modelo familiar, como afirma Marília, funcionou como o centro da colonização no Brasil, perpetuando os sistemas políticos, econômicos, militar e sociais no cotidiano sertanejo, centrado no patriarca da família.

Francisco da Cruz Prates faleceu em 2 de fevereiro de 1782, na Fazenda Santa Rosa da Pedra, pertencente à freguesia de Santa Ana de Caetité. Era casado com Francisca Ribeiro da Silva e deixou como legítimas herdeiras suas quatro filhas: Maria da Cruz Prates, casada com Alexandre de Souza Carvalho; Ana da Silva Prates, com 15 anos de idade; Ignácia da Cruz Prates, com 11 anos; e Francisca Ribeiro da Silva, com 9 anos.[52]

Francisco, ao contrário do seu pai, Ignácio, não manteve o mesmo padrão de se relacionar com escravizadas e gerar filhos com elas, apesar de ter possuído escravizados em vida. Ele se casou com Francisca, no qual tiveram 4 filhas durante o casamento, ocorrendo a

[52] APEB – *Arquivo Público do Estado da Bahia.* Seção Judiciário. Inventário de Francisco da Cruz Prates, 1782

junção de relações de parentescos da família Cruz Prates e a família Ribeiro da Silva. A geração seguinte reforça ainda essa continuidade do matrimônio como estabelecimento de uma rede de parentesco, quando Maria da Cruz Prates, filha mais velha de Francisco, se casa com Alexandre de Souza Carvalho.

O inventário de Francisco da Cruz Prates detalha a existência de um grupo significativo de pessoas escravizadas vinculadas à sua propriedade, evidenciando a centralidade da escravidão para a manutenção econômica e social da família. Como explica Erivaldo Fagundes Neves, "identificava-se o escravo negro nascido no Brasil pelo genérico crioulo e conforme a miscigenação, pela cor: mulato, cabra, pardo. Já o africano podia ser com nação, local de origem ou porto de embarque na África." (Neves, 2012, p. 120). A seguir, apresenta-se a tabela referente aos escravizados arrolados no inventário de Francisco da Cruz Prates:

Tabela 1 – Relação de escravizados pertencentes a Francisco da Cruz Prates

Nome	**Idade**	**Sexo**	**Origem**	**Valor**
Raimundo	36 anos	Masculino	Crioulo	72.000 réis
Clemente	12 anos	Masculino	Crioulo	46.000 réis
Daniel	14 anos	Masculino	Crioulo	50.000 réis
Dionísio	19 anos	Masculino	_____	90.000 réis
Manoel	30 anos	Masculino	Crioulo	72.000 réis
Alberto	50 anos	Masculino	Nação Mina	40.000 réis
Sebastião	65 anos	Masculino	Nação Angola	20.000 réis
Guilherme	10 anos	Masculino	_____	30.000 réis
Antônio	_____	Masculino	Nação Angola	60.000 réis
Rubênia	_____	Feminino	Crioula	_____
Clemência	14 anos	Feminino	Crioula	50.000 réis
Cecília	_____	Feminino	Crioula	20.000 réis
Pubeneianna	19 anos	Feminino	Crioula	45.000 réis
Calcria	12 anos	Feminino	Crioula	_____
Lorena	45 anos	Feminino	Crioula	50.000 réis
Total	_____	_____	_____	**645.000 réis**

Fonte: APEB – Judiciário. Inventário, Francisco da Cruz Prates, 1782

A presença desses escravizados no inventário, demonstra a forma como eram tratados e visto pela sociedade da época, sendo considerados propriedades com valor monetário. Como observa Neves:

> Nos testamentos e nos inventários, os escravos eram arrolados entre os bens móveis, como semoventes dos inventariados e identificados pelos respectivos nomes cristãos com indicações de idade, cor, nação, referência étnica, cor de origem, avaliação e, eventualmente, alguns dados adicionais sobre estado civil, filiação, profissão, doença, vício, deficiência, condenação ou fuga do controle senhorial. (Neves, 2012, p. 13)

Desse modo, por meio da tabela, é possível observar os aspectos mencionados por Neves trazidos no inventário de Francisco, como o nome cristão, a idade, a origem e o valor que possuíam. É válido ainda destacar sobre o escravizado Dionísio, de idade de 19 anos avaliado em 90.000 réis, o maior valor registrado entre os indivíduos apresentados na tabela. Dionísio apresentava uma especificidade diferente do restante, ele é relatado no inventário como "bom vaqueiro", o que indicava sua função e lhe conferia maior importância econômica entre os outros escravizados.

Como complementa Erivaldo:

> O preço de um escravizado dependia de um conjunto de fatores: alguns alheios ao indivíduo, como concorrência, distância entre o porto de embarque e o ponto de venda, especulação e conjuntura econômica; outros diretamente relacionados ao próprio escravizado, como idade, sexo, saúde, qualificação profissional, etnia, comportamento e porte físico. (Neves, 2012, p.146)

Dessa forma, a habilidade de Dionísio contribuiu significativamente para a atribuição do seu valor, tornando-o mais caro de todos. Contudo, essa mesma ocorrência não se repetiu com o escravizado Sebastião, que possuía uma idade mais avançada, 65 anos, e foi avaliado em apenas 20.000 réis. Essa diferença demonstra que quanto maior fosse a idade do escravizado, menor era o valor atribuído a ele.

Além das pessoas escravizadas, o inventário de Francisco da Cruz Prates revela um conjunto expressivo de bens móveis, entre os quais se destacam os cavalos e um vasto rebanho de caprinos, ovinos e, principalmente, gado *vacum*. Esses elementos configuram a base econômica da propriedade e demonstram o perfil da fazenda como um espaço dedicado à criação e manejo de animais, atividade central para a produção rural no sertão baiano. Quanto ao rebanho, o inventário aponta para a posse de aproximadamente trinta cabeças de cabra, noventa ovelhas e trezentas cabeças de gado *vacum*, este último o mais valioso, avaliado em mais de 670 mil réis no total.

Entre as declarações do inventário, consta a doação feita ao inventariante de uma fazenda destinada à criação de gado vacum e cavalar, denominada Santa Rosa do Rio do Antônio, avaliada em 300 mil réis, a qual seria partilhada com os sobrinhos de Francisco, indicando a existência de acordos familiares entre seus irmãos e os filhos deles.

Importante destacar que essa fazenda corresponde à mesma propriedade adquirida por Ignácio da Cruz Prates, mencionada no capítulo anterior como Fazenda Riacho do Antônio. Apesar da possível variação nominal ao longo do tempo, trata-se do mesmo imóvel que constituiu uma das bases territoriais centrais da família. Por fim, registra-se que o falecido Francisco herdara sessenta cabeças de gado *vacum* nessa mesma fazenda, evidenciando a transmissão patrimonial entre Ignácio e seus filhos.

Manoel da Cruz Prates, filho de Ignácio, figura como um personagem fundamental para a continuidade da família Cruz Prates no sertão baiano. Embora os registros diretos sobre sua vida sejam menos abundantes do que os de seu irmão Francisco, sua importância se revela por meio dos documentos paroquiais, como o registro de batismo de seu filho Manoel e Anselmo, e o inventário de sua esposa, Teresa Maria de Jesus.

Em 1835, foi realizado o inventário dos bens deixados por Teresa Maria de Jesus, viúva de Manoel, cujos bens foram divididos entre seus sete filhos. De acordo com a transcrição feita por Erivaldo Fagundes Neves, consta no inventário:

> "mil cabeças de gado, 96 éguas e poldros, 12 cavalos e dois muares, além de duas cargas de algodão prensadas, cinco cargas e meia em caroço, três roças de mandioca e uma de algodão em milho, uma roda de ralar mandioca e uma prensa de parafuso. Guardava pouco mais de 300 mil réis em moedas de ouro, prata e copo, várias peças de ouro e utensílios de prata. Entre os instrumentos de ferro informou "um tronco viramundo", uma espingarda *Graza*, outra *Neciana* e um bacamartinho; em tecidos, 19 côvados de seda fina, quatro côvados de pano azul, capote de *gasemira*, vários lençóis e fronhas de "cambraia" e "madrasto", saias de chita e cetim, toalhas de linho e de algodão, coberta de chita francesa. O mobiliário compunha-se em de mesa com gaveta e fechadura, catres, bancos e tamboretes. No oratório havia uma imagem do "Senhor crucificado de latão, uma de "Senhora da Conceição" e outra de Santo Antônio. Avaliaram o patrimônio do casal por mais de 53 contos de réis."[53]

Com essas informações, fica evidente a enorme riqueza que Manoel possuía em vida, um patrimônio herdado de seu pai, Ignácio da Cruz Prates, e que foi ampliado ao longo dos anos por meio da gestão das propriedades e da diversificação dos bens. A riqueza acumulada foi, posteriormente, transmitida aos seus sete filhos, assegurando a continuidade da linhagem e a manutenção do prestígio familiar.

---

[53] NEVES, E. F., 2003, *op. cit*, p. 307. Transcrição do inventário de Teresa Maria de Jesus. APEB. Judiciário, 02.0564.1016.13.

O registro de batismo dos filhos de Manoel, Anselmo da Cruz Prates e Manoel da Cruz Prates, constitui uma fonte valiosa para compreender as relações familiares e as estratégias de legitimação na segunda geração da família Cruz Prates. Os registros de batismo, para além de sua função religiosa, constituem fontes valiosas para a pesquisa histórica, por reunirem dados como a data e o local de nascimento, os nomes dos pais e padrinhos, entre outros elementos essenciais à reconstituição de trajetórias individuais.

Os registros de batismos e óbitos, após os debates do Concílio de Trento (1545–1563), foi estabelecido que a cura local da paróquia ficaria responsável pelo registro dos batismos. Posteriormente, em 1614, o Papa Paulo V determinou a obrigatoriedade do registro dos óbitos nas paróquias. Conforme observa Maria Luiza Marcílio:

> Os dados a serem redigidos obrigatoriamente nas atas de batismo e em cada paróquia pela ordem estabelecida no Conselho de Trento eram: a data do batismo, o nome completo do batizando, a filiação, o local de residência dos pais ou responsáveis, além do nome de pelo menos um padrinho [...] (Marcilio, 2004, p. 3)

Manoel da Cruz Prates teve ao menos dois filhos documentados nos registros paroquiais. O mais velho, Anselmo da Cruz Prates, foi batizado em 17 de maio de 1775, na Igreja Matriz de Sant'Ana, em Caetité, pelo padre Antônio Ferreira de Sousa. Consta no registro que era filho natural de Manoel da Cruz Prates e de Maria, escrava de José Gomes Cardoso, tendo como padrinhos o Coronel Manoel Borges de Carvalho e Nataria de Abreu Fialho, filha do Tenente Manoel Fialho de Carvalho.[54] Nascido na condição de cativo, Anselmo foi libertado no próprio dia de seu batismo, marcando o início de uma trajetória singular. Anos mais tarde, em 14 de maio de 1785, Manoel e sua esposa Teresa batizaram outro filho, também chamado Manoel da Cruz Prates, cerimônia celebrada pelo padre José Machado do Couto, tendo como padrinho João da Silva.[55]

A libertação de Anselmo no próprio dia de seu batismo revela a relevância a importância simbólica e jurídica que esse sacramento podia representar na vida de pessoas escravizadas. Os livros de batismo, segundo a ótica cristã, possuem a função de registrar um momento significativo para a vida dos fiéis, sendo um rito da Igreja Católica para os indivíduos adentrarem ao mundo cristão. Esses mesmos significados serviram para os escravizados do

[54] É possível que haja ligação entre a família Fialho de Carvalho e a família Cruz Prates, mas até o momento, não há documentos que confirmem oficialmente essa relação.
[55] Batizados. (1782-1793)

período colonial brasileiro, no qual se viram obrigados a seguir uma religião muitas vezes forçadamente.[56]

Atualmente, esses livros são considerados pelos pesquisadores como fontes documentais riquíssimas, utilizados para identificar aspectos sociais das sociedades passadas. Como observa Ariella Barros Sena, "os registros batismais, reconhecidos hoje como 'lugares de memória', constituem uma fonte importante, essencial para que possa desvendar parte da história das populações dos séculos anteriores" (Sena, 2023, nota 32, p. 21). Essa afirmação da autora se adequa ao caso de Anselmo, quando a partir do seu registro de batismo, foi possível identificar sua ascendência escravocrata materna, um dado revelador e de grande significado histórico.

Além da importância do registro de batismo por revelar a condição de liberdade de Anselmo, outro aspecto significativo presente no mesmo documento é a figura do padrinho. O batizado teve como padrinho o coronel Manoel Borges de Carvalho, o que evidencia as relações sociais que existia entre o pai de Anselmo e o coronel. Essa prática de escolher pessoas de prestígio social como padrinhos para os filhos, era algo recorrente na sociedade colonial, funcionando como forma de garantir a permanência dos laços sociais. Como aponta Ariella "Para os cativos essas redes que o apadrinhamento gerava eram de grande importância, pois poderiam se aproximar inclusive de pessoas com status superior ao seu." (Sena, 2023, p. 36). Assim, Manoel ao escolher um coronel como padrinho para o seu filho, legitimou suas relações com famílias influentes da região.

A libertação de Anselmo adquire um peso ainda maior ao considerarmos que Manoel também possuía riquezas, sendo um homem livre e pertencente a uma família de prestígio e posses. Para Anselmo, desde seu nascimento, essa condição lhe conferia certo status social e expectativas de ascensão dentro da hierarquia local. Essa prática de libertação consistia em um processo chamado manumissão, entendido por Neves (2012, p. 169) "num ato jurídico pelo o qual o senhor, espontaneamente, ou uma autoridade judicial, mediante uma ação de liberdade, concedia a alforria um escravo que passava a condição de homem livre." Dessa forma, a manumissão concedida a Anselmo no dia do seu batismo, revela a complexa teia de relações simbólicas e sociais que envolviam esse ato, pois, ao mesmo tempo em que Anselmo recebia o seu sacramento cristão, ele também conquistava a sua liberdade.

---

[56] SENA, Ariella Barros. **Recebendo os santos óleos: a presença escrava nos livros de batismo em Morro do Chapéu no século XIX.** Orientador: Jackson André da Silva. 2023.74f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura)- Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Jacobina-BA, 2023.

Embora Anselmo tenha nascido de uma mulher escravizada, sua existência reafirma a prática, já observada na geração anterior, de reconhecimento dos filhos gerados por mulheres escravizadas. No exemplo de Ignácio, ele teve todos os seus filhos com escravizadas suas, já Manoel, teve apenas um filho com uma mulher escravizada, que inclusive, não era de sua propriedade. Não se sabe, porém, se no momento em que Anselmo foi concebido, Manoel já era casado com Teresa, ou se o casamento foi realizado apenas anos mais tarde, de todo modo, Manoel teve 7 filhos durante o seu casamento com Teresa, somando com Anselmo, um total de 8 filhos.

Todavia, todos eles adquiriram o sobrenome Cruz Prates, e Anselmo apesar de sua ascendência escravocrata materna, permaneceu com o sobrenome do seu pai e contribui para a perpetuação do legado e da influência da família na região. Ampliou a riqueza herdada do seu genitor e permaneceu como um homem de prestígio social e de poderio econômico amplo, aspectos que serão analisados de forma esmiuçada no próximo capítulo, a partir de sua trajetória e também de sua irmã, Rosa da Cruz Prates.

CAPÍTULO III – Terceira Geração da família Cruz Prates: A Consolidação da Linhagem Familiar e o Surgimento de São Sebastião do Cisco

Anselmo apesar de filho de uma mulher escravizada, obteve prestígio social e econômico durante sua vida, prosperando e herdando o patrimônio do seu pai. Ele foi casado com três mulheres, tendo uma significativa quantidade de filhos com cada uma delas. Ele se casou com Helena Rita do Espírito Santo, Clara Maria José, e Anna Joaquina Lopes. Faleceu no dia 3 de dezembro de 1831, aos 56 anos de idade.[57]

Seu inventário foi realizado um ano após a sua morte e deixou como legítimos herdeiros seus treze filhos: Antônio da Cruz Prates; Maria da Cruz Prates, casada com Antônio José Pereira; Francisco da Cruz Prates; Demétrio da Cruz Prates; Anna da Cruz Prates, casada com Bento José Vieira; Francisca da Cruz Prates; Vitoria da Cruz Prates, casada com Antônio Xavier de Matos; Maria da Cruz Prates, casada com Antônio José Vieira; Efigênia da Cruz Prates, casada com Francisco Ricardo Lobo; José da Cruz Prates; Gabriel da Cruz Prates, Pedro da Cruz Prates e Emigdia da Cruz Prates.

Pedro da Cruz Prates faleceu no dia 28 de julho de 1832 aos oitos anos de idade. Era filho de Anselmo e da sua esposa, Anna Joaquina Lopes, todos já falecidos. Anselmo o teve com sua última mulher com 49 anos de idade, deixando não apenas Pedro órfão, mas também mais três filhos seu, José, Gabriel e Emigdia. Apesar de pouca idade, ambos receberam a quantia referente a herança do seu pai, o que lhes garantiu meio de subsistência e evitou com que caíssem em pobreza.[58]

Da mesma forma, Jerônimo, filho de Efigênia da Cruz Prates e Francisco Ricardo Lobo, faleceu pouco depois de seu avô Anselmo, em 2 de julho de 1832, não deixando herdeiros. Esse período foi marcado pelo recorrente falecimento dos membros da família Cruz Prates. O registro de óbito de Pedro e Jerônimo, consta no mesmo livro que aparece o de Anselmo.

O inventário do Capitão Anselmo da Cruz Prates, detalha uma riqueza de bens e propriedades que o inventariante possuía, revelando não apenas a extensão de suas posses, mas também a estrutura econômica e social que sustentava sua posição de destaque no sertão baiano do século XIX. Conforme seu inventário, cada filho herdou a mesma quantia da herança, um conto, quatrocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e setenta e nove réis, distribuído por meio de bens e propriedades rurais.

---

[57] APEB – *Arquivo Público do Estado da Bahia.* Seção Judiciário. Inventário de Anselmo da Cruz Prates, 1832.
[58] Arquivo Público Municipal de Caetité – APMC. Óbitos. (1831-1848)

Entre os itens arrolados, destaca-se, em primeiro lugar, o enorme contingente de escravizados vinculadas à sua propriedade, com uma lista contendo indivíduos das mais variadas idades e sexo, desde crianças até pessoas idosas. A seguir, apresenta-se a tabela referente aos escravizados arrolados no inventário de Anselmo da Cruz Prates:

Tabela 2 – Relação de escravizados pertencentes a Anselmo da Cruz Prates

Nome	Idade	Sexo	Origem	Valor
Vicente	40 anos	Masculino	Africano	250.000 réis
Maria Rita	40 anos	Feminino	Africana	100.000 réis
Felipa	60 anos	Feminino	Cabra	40.000 réis
Maria	40 anos	Feminino	Africano	100.000 réis
Manoel	40 anos	Masculino	Africano	80.000 réis
Simoa	20 anos	Feminino	Africana	260.000 réis
Anastacia	19 anos	Feminino	Crioula	280.000 réis
Tereza	70 anos	Feminino	Nação Mina	70.000 réis
Custódia	_____	Feminino	Crioula	6.000 réis
Lázaro	22 anos	Masculino	Crioulo	320.000 réis
Luiz	50 anos	Masculino	Africano	100.000 réis
Lucas	10 anos	Masculino	Crioulo	280.000 réis
Damásia	20 anos	Feminino	Africana	220.000 réis
José	40 anos	Masculino	Nação Mina	50.000 réis
Paulo	70 anos	Masculino	Crioulo	100.000 réis
Gonçalo	45 anos	Masculino	Africano	120.000 réis
Severiano	1 ano	Masculino	Crioulo	120.000 réis
Nicolau	70 anos	Masculino	Africano	40.000 réis
Joaquim	44 anos	Masculino	Nação Mina	300.000 réis
Antônio Mina	_____	Masculino	Nação Mina	_____
André Mago	_____	Masculino	_____	_____
José Crioulo	_____	Masculino	Crioulo	_____
Rufino Angola	_____	Masculino	Nação Angola	_____
José Nagô	_____	Masculino	Nação Nagô	_____
Simoa Mina	_____	Feminino	Nação Mina	26.000 réis
Valentim	20 anos	Masculino	Africano	300.000 réis

Ignácio	35 anos	Masculino	Crioulo	220.000 réis
Nicolao	60 anos	Masculino	Africano	40.000 réis
Chrispim	18 anos	Masculino	Crioulo	30.000 réis
Simone	20 anos	Feminino	Crioula	10.000 réis
Damasia	20 anos	Feminino	Africana	280.000 réis
Thomasia	9 anos	Feminino	Crioula	260.000 réis
José	40 anos	Masculino	Nação Mina	50.000 réis
Total	_____	_____	_____	**4.052.000 réis**

Fonte: APEB – Judiciário. Inventário, Anselmo da Cruz Prates, 1832

É válido observar que Anselmo, apesar de filho de uma escravizada e nascido na condição de cativo, sendo liberto apenas no dia seu batismo, tornou-se proprietário de outros escravizados, reproduzindo a lógica escravista vigente. Em seu inventário consta um total de cerca de 33 escravizados, sendo 20 homens e 13 mulheres, cada um com idades e valores diferentes. Um caso a destacar é o de Custódia, avaliada em apenas seis mil réis, enquanto outros escravizados possuíam valores consideravelmente maiores. Isso se explica devido a peculiaridade que Custódia possuía, descrita no inventário como “toda aleijada”, refletindo o seu baixo valor. Na época, a idade avançada ou qualquer deficiência física, reduzia o valor de mercado do escravizado.

Além das pessoas escravizadas, o inventário de Anselmo da Cruz Prates revela um conjunto exorbitante de bens móveis, incluindo rebanhos de gado vacum e cavalar, peças de ouro, como 4 fivelas de ouro, avaliada em 18 mil réis cada, um anel de diamante com três esmeraldas; objetos de prata e cobre, quantias em dinheiro de papel, em moedas de ouro e prata, imagens de santos, cargas de algodão, além de casas e extensas áreas de terra. Dentre as terras citadas, se destaca a fazenda Boa vista, Santa Maria, Olho d’Água, Jacaré e Pajeú. Na Fazenda do Pajeú havia casas e 98 cabeças de gado, avaliadas a cinco mil réis cada; uma casa na vila; casas e 26 cabeças de gado na Fazenda Boa Vista; e casas no Olho d’Água.

Anselmo também atuava com credor, estabelecendo vínculos sociais por meio de dívidas ativas. O inventário registra valores a serem recebidos pelos herdeiros de dívidas de diversas pessoas, como Antônio José Vieira (genro), Francisco Ricardo Logo (genro), Joaquim Honoriato, José Demétrio, Antônio Rodrigues Lopes, Sargento-Mor Francisco de Sousa Lima, entre outros nomes que aparecem recorrentemente. Essa prática revela a relação de dependência econômica que possuíam a Anselmo, revelando sua estratégia em ampliar e garantir sua influência regional por meio desse financiamento que era concedido a essas pessoas.

Além dos bens materiais descritos no inventário, observa-se ainda a presença de herança imaterial. No documento, Anselmo da Cruz Prates aparece sendo designado como Capitão, patente que, no contexto sertanejo oitocentista, lhe conferia distinção e status social. Esse reconhecimento repercutia também aos seus descendentes, pois, contribuía para a consolidação da reputação familiar no espaço local.

Ainda em seu inventário, consta uma declaração feita por Antônio Vieira de Matos, filho legítimo de José Semião de Matos e Maria Xavier Prates, em que por meio da certidão de casamento, apresentou ser casado com Vitoria da Cruz Prates, uma das filhas de Anselmo e de sua esposa, Elena Rita do Espírito Santo. Antônio realizou essa apresentação no inventário para constar com oficialidade sua condição de esposo de Vitoriana, e consequentemente, legitimar sua posse e administração dos bens de sua mulher, que herdaria uma enorme quantia por meio do falecimento do seu pai.

Esse tipo de procedimento aconteceu recorrentemente no século XIX, pois a mulher ao se casar, ficava sob total autoridade do marido. Por meio do inventário de Anselmo, isso pode ser observado com as outras mulheres da família. No decorrer do arrolamento, é recorrente a expressão “por cabeça de sua mulher”, para informar que o marido respondia legalmente pela sua esposa. Essa prática é observada quando Antônio Vieira de Matos, esposo de Vitoriana da Cruz Prates e Francisco Ricardo Lobo, esposo de Efigênia da Cruz Prates (entre outros casos registrados no mesmo processo), apresentam-se utilizando a expressão acima, reivindicando a herança de suas esposas.

A morte de Anselmo da Cruz Prates, em 1831, antecede um período de grandes transformações no regime jurídico da propriedade rural no Brasil. Até meados do século XIX, a aquisição de terras se fazia principalmente pela posse e pela herança, como no caso da partilha de seus bens entre os filhos. No entanto, a promulgação da Lei de Terras em 18 de dezembro de 1850, alterou de modo significativo esse cenário. Essa Lei “dispôs sobre terras devolutas, doadas pelo sistema de sesmarias, que não atenderam às exigências legais e postos sem conflitos, determinou medições e demarcações e definiu que se transferissem títulos fundiários somente através da comercialização. (Neves, 2005, p. 26)

É nesse contexto que surgem os registros datados entre 1854 e 1859 realizado pelo Governo da Província na Vila Nova do Príncipe e Santana do Caetité, nos quais aparecem os descendentes de Anselmo delimitando suas posses e formalizando direitos sobre glebas herdadas. Entre esses registros encontra-se a declaração de Maria da Cruz Prates, em Caetité, que possuía as seguintes terras:

> Duas partes em comum na Boavista dividida pelo nascente com Barroca com extrema na tapéra do Almeida, em rumo direito às cabeceiras do riacho da Motuca a extrema com as catingas do Rio das Rãs, Rio Verde, e deste pelo norte com jacaré a extrema na barra do Riacho da Vereda, d'ahi a pajahú em rumo direito ao Morro d'anta, cortando a lava do Riacho da Vereda da Onça, ao poente com extrema na Alagoa das Lages, ao sul com Barrocão a extrema no brejo do Carambuco a encontrar o primeiro ponto, de onde partio Julião Vieira a rogo de Maria da Cruz Prates.[59]

Foi encontrado ainda nesse mesmo Livro de Terras o registro das escrituras de Emígdia da Cruz Prates e de Francisco da Cruz Prates, cujas delimitações territoriais apresentavam-se quase idênticas às de Maria. Esse registro demonstra como as delimitações eram realizadas a partir de marcos naturais, como rios, fazendas, riachos e lagoas, revelando a forma costumeira de mapeação de glebas de terra.

Nos Registros Eclesiásticos de Terras da Capitania da Bahia (1855-1859), referentes à freguesia de Caetité, os descendentes de Anselmo da Cruz Prates aparecem formalizando suas posses em diferentes localidades. Na posse denominada Jacaré, constam Francisco da Cruz Prates e Gabriel da Cruz Prates, já na posse Boa Vista, surgem Emígda da Cruz Prates e Maria da Cruz Prates.[60]

Ao realizar a análise da descendência de Anselmo da Cruz Prates, cabe destacar o testamento de sua filha Francisca, datado de 1876. Ela era filha de Anselmo e de Clara Maria José. Permaneceu na condição de solteira até o seu leito de morte não deixando. Ela intitulou como únicos herdeiros universais do seus bens os seus sobrinhos, filhos de Maria, Efigênia e Anna. Observa-se no testamento de Francisca a constante disposição de bens, além das relações de parentescos com suas irmãs, evidenciando a proximidade que ambas possuíam entre si.

No inventário e testamento de Rosa da Cruz Prates, irmã de Anselmo, não foi diferente. Apesar do contexto do século XIX, marcado por uma sociedade patriarcal e normas que restringiam o papel social das mulheres, Rosa da Cruz Prates destacou-se por sua independência e relevância econômica, contrariando a expectativa de que a mulher fosse apenas acompanhante do homem. Faleceu no sítio de Caculé, então pertencente ao Distrito de São Sebastião, sem jamais ter se casado ou tido filhos, mas deixando um patrimônio considerável.

---

[59] Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, Seção de Arquivos Colonial/Provincial, Caetité, 1854-1859, maço 1678.

[60] APEB – Colonial. Capitania da Bahia Registros Eclesiásticos de Terras (1855-1859). Freguesia de Caetité. Livro 4678.

Em 1835, no inventário de sua mãe, Teresa Maria de Jesus, Rosa herdou como herança a sede da fazenda Caculé[61], onde se desenvolveu o povoado que deu origem à cidade do mesmo nome[62]. No inventário de Teresa, a sede da fazenda continha:

> Uma casa de adobes, coberta de com telhas, inclusive paióis e casa de farinha, três currais de pau-a-pique, no valor de um conto de réis. Integrou também o espólio uma fração de Rio do Antônio, no valor de um conto e 500 mil réis; 66 escravos de diferentes idades e origens, das quais sete eram vaqueiros, um "de serviços de roça", duas costureiras, uma, "de serviços domésticos" e outra rendeira. [63]

Segundo a tradição oral local, o nome "Caculé" estaria associado a um episódio envolvendo um homem escravizado de propriedade de Rosa da Cruz Prates, chamado Manoel Caculé. Relata-se que ele teria fugido e encontrado uma lagoa, onde decidiu permanecer. Nessa região, viveu de forma independente até ser localizado. O lugar passou então a ser conhecido como "Lagoa do Caculé", em referência a ele. Rosa encantada com a paisagem e as condições da localidade, teria decidido se estabelecer no lugar, contribuindo para o desenvolvimento do povoado que, mais tarde, se transformaria na cidade de Caculé.

Essa região onde Manuel Caculé se estabeleceu, que posteriormente deu origem ao município de Caculé, estaria inserida na extensa Fazenda Jacaré. Não existem registros documentais que comprovem essa narrativa oral, tampouco há precisão sobre a real extensão territorial da Fazenda Jacaré. Sabe-se que suas terras abrangiam os atuais territórios de Ibiassucê e Caculé.

Teresa de Jesus, irmã de Rosa, também manteve vínculos com Caculé. Em seu inventário, datado de 1862, constam terras localizadas nessa região "uma légua de terras em comum" de Caculé, por 500 mil réis; outra fração da mesma fazenda, com casas, curral e mangas, dois contos, 485 mil 114 réis; uma parcela de Rio do Antônio, 300 mil réis; "uma casinha, com um mil réis de terras".[64]

Manoel da Cruz Prates, também irmão de Rosa, não possuindo herdeiros, deixou-lhe todos os seus bens, instituindo-a como sua única e universal herdeira.[65] No seu espólio, constavam "uma parte de Caculé, por três contos e 600 mil réis; outra de São João e Rio do

---

[61] Caculé é um município localizado no centro-sul da Bahia, distante cerca de 636 km de Salvador, e vizinho de Ibiassucê, no território do Sertão Produtivo.
[62] NEVES, E. F., 2003, *op. Ci.t*, p. 307.
[63] NEVES, E. F., 2003, *op. Cit.*, p. 307. Transcrição do inventário de Teresa Maria de Jesus. APEB. Judiciário, 02.0564.1016.13
[64] NEVES, E. F., 2003, *op. cit.*, p. 308. Transcrição do inventário de Ana Teresa de Jesus. APEB. Judiciário, 02.0896. 1365.20.
[65] Arquivo Público Municipal de Caetité – APMC. Registro de Testamento. (1878-1920)

Antônio, 400 mil réis; de Jabuticaba, 50 mil réis; posses em Lagoa da Gameleira, Alecrins e Lagoa da Várzea, 400 mil réis." Dessa forma, Rosa foi beneficiada com propriedades rurais tanto por herança materna quanto por legado de seu irmão, o que contribuiu para que, ao longo de sua vida, reunisse um expressivo patrimônio fundiário na região.

No livro de notas datado entre (1881-1887) do Tabelião Domingos Francisco Almeida, encontra-se uma escrita de 1882 em que Rosa declarou ser senhora e possuidora de uma parte de terras na fazenda do Jacaré, herdadas de seu pai, sua mãe, e seu irmão Manuel da Cruz Prates, ao qual doa ao seu sobrinho, o Vigário Joaquim Pedro Garcia Leal. Rosa delimitou a fazenda Jacaré "cujas extremas são pela estrada que parte do Arraial do Caculé à sua fazenda do Mandacaru, pelo lado esquerdo da mesma estrada, à lagoa das Carahibas".[66]

Nessa fazenda, Rosa mantinha lavouras de cana e de algodão, além de um engenho e dos agregados que ali habitavam. O local citado por ela na escritura era denominado de Mocó Velho, situado dentro da fazenda Jacaré. Joaquim já se encontrava em posse do lugar há 4 anos, mas somente a partir escritura, ele pôde ser considerado definitivamente donatário das terras. O valor atribuído à propriedade era de 500 mil réis.

Em 20 de março de 1885, Rosa faleceu no arraial de Caculé, não deixando filhos ou outros descendentes diretos, tendo apenas como herdeiros os seus sobrinhos: o Vigário Joaquim Pedro Garcia Leal e João da Silva Prates. Ao analisar seu inventário realizado no mesmo ano de seu falecimento, foi possível observar particularidades interessantes. O padre Miguel Monteiro de Andrade, vigário encomendado da freguesia de São Sebastião de Caetité (Ibiassucê), afirmou que a falecida o devia determinados valores de serviços prestados por ele. Miguel afirma:

> [...] ela sendo devedora da quantia de 300 mil réis, sendo 50 de uma missa celebrada a 9 de fevereiro passado, no Arraial do Caculé, onde, que com presteza chamado pela mesma, mais 100 de uma missa no sétimo dia ao dito lugar, e mais 150 de uma missa no sétimo dia ao dito lugar, no Arraial do Caculé, para proveniente do enterro Solene, que de direito lhe pertence por ser na freguesia do suplicante (...)[67]

O vigário demonstra-se insatisfeito perante a dívida que Rosa deixou ao falecer, pois a inventariada foi sepultada em sua freguesia dentro da igreja do Senhor Santíssimo Coração de Jesus acompanhado pelo seu sobrinho, o vigário Joaquim Pedro Garcia Leal, o qual não houve permissão para tal acontecimento. Miguel exige que o pagamento de sua dívida seja quitado

[66] APEB – *Arquivo Público do Estado da Bahia*. Polo Regional Judiciário de Caetité. Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos de Caetité. 1882. 3 fls.
[67] APEB - Judiciário. Inventário, Rosa da Cruz Prates, 1885

nos autos do inventário de Rosa o quanto antes, para que ele possa receber o devido pagamento merecido.

Dentre os itens arrolados no inventário, havia itens de prata, cobre e ferro, 48 vacas paridas, atribuídas ao valor de 960 mil réis; quatro bois cargueiros a 110 mil réis; 150 cabeças de gado por 13 mil réis, um conto e cinquenta mil, além de 4 cavalos, 2 poldros, 10 jumentos e 3 mulas. Uma casa velha de morada no Arraial de Caculé com "acessórios e benefícios, prensas velhas, currais, tudo em péssimo estado" por 414 mil réis; uma casa enchimento com portas e janelas no alto da lagoa ao pé da Salina, 20 mil réis; terras do Rio do Antônio havidas do pai Manuel da Cruz Prates, 700 mil réis; quatro partes da fazenda jacaré herdadas de Manoel seu irmão, de seu pai Manoel e sua mãe Teresa Maria de Jesus, além de três parcelas de terras da fazenda do Rio do Antônio, provenientes de herança materna e paterna.

No seu inventário, não há o registro de escravizados, porque Rosa concedeu a estes a liberdade de forma gradual, "sob a condição de prestarem serviços a ela ou a outras pessoas por ela indicadas".[68] No seu testamento, ela realizou a alforria dos seus escravizados e estabeleceu condições para a libertação gradual de outros. Abaixo está as principais informações sobre as alforrias contidos no documento:

Tabela 3 – Condições de alforria no testamento de Rosa da Cruz Prates

Grupo de escravizados	Condições de liberdade	Serviço determinado
Bernardino, Seporidião, Casimiro, Severina, Maria, Yria e Benedita	Plena liberdade após o falecimento de Rosa	_____
Antônio e Alexandre	Após 3 anos de serviço	Igreja do Santíssimo Coração de Jesus
Placida, Benedito, Faustino, Hermenegildo, Lucrecio, Marcelliino, Veneranda, Luzia, Especioza, Militona	Após a morte de Bernardino de Britto Gondim	Servir a Bernardino de Britto Gondim
Altina Partêra	Após a morte do Vigário Joaquim Pedro Garcia Leal	Servir a Vigário Joaquim Pedro Garcia Leal

[68] NEVES, E. F., 2012, *op. cit*., p. 15.

Geraldina	Após a morte de Carlos Antônio Garcia	Servir a Carlos Antônio Garcia
Julio	Após a morte de Ignacio de Britto Gondim	Servir a Ignacio de Britto Gondim

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité – APMC. Registro de Testamento. (1878-1920)

Além dessas ações, Rosa destinou cem mil réis em esmolas para os pobres e concedeu mil réis em terras para desvalidos trabalharem sob a condição de não venderem, bem como dez mil réis em terras para que seus escravizados usufruíssem após a libertação, também com a restrição de não comercializarem esses bens. Tais medidas revelam Rosa como uma senhora "bondosa e de alma grande", demonstrando preocupação com o bem-estar social mesmo após sua morte. Além disso, destinou um conto de réis à Igreja do Santíssimo Coração de Jesus, em Caculé, refletindo sua devoção religiosa e sua influência social.

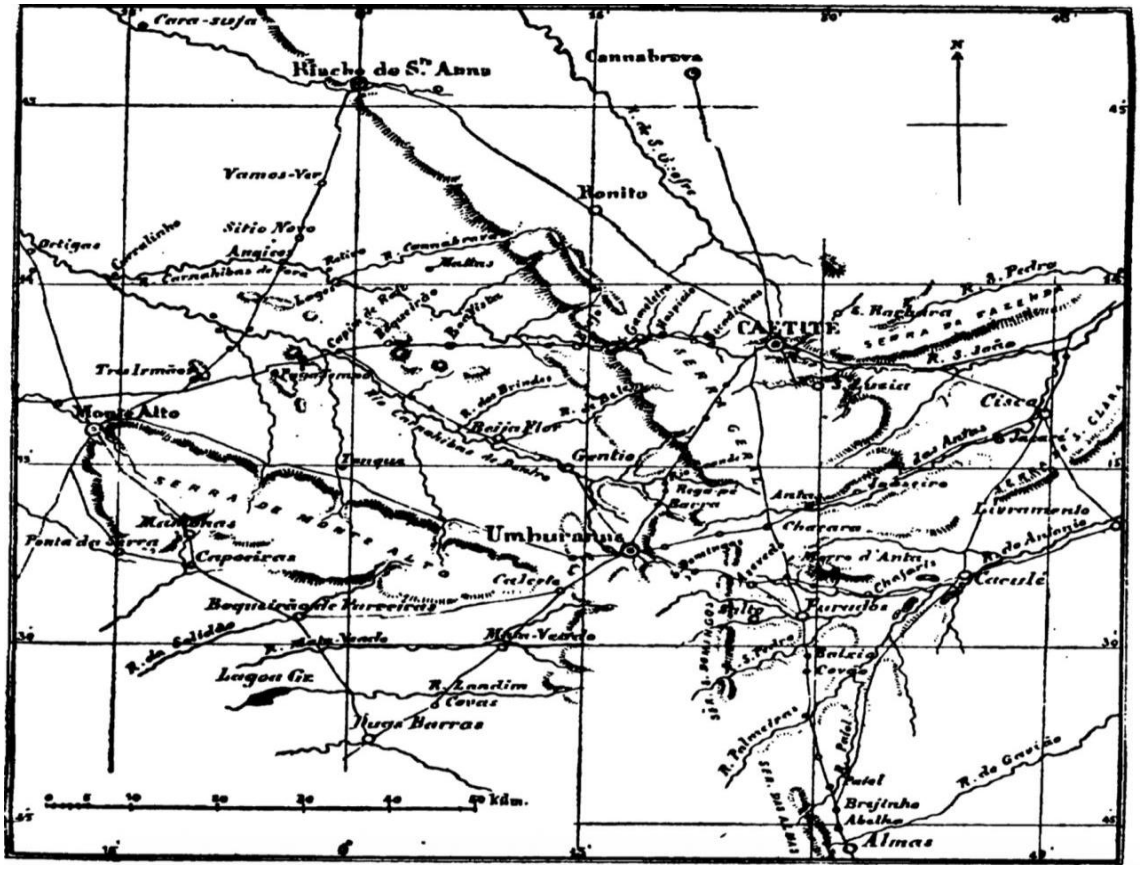
Ainda em seu testamento, observa-se a distribuição de valores significativos entre seus sobrinhos, como Anna, esposa de Manoel Severino, que recebeu cento e cinquenta mil réis; Maria das Neves, mulher de José Ribeiro, e Emigdia, esposa de Antônio Ralleiro, ambas contempladas com cem mil réis; além de Bento da Silva Prates, Antonio Feliciano de Souza, Manoel da Cruz Prates, e José Theodoro, que também receberam quantias variadas.

Fica claro que o patrimônio de Rosa era bastante extensivo, pois, além de herdar bens de seus pais, herdou também do seu irmão Manoel, que a instituiu como única herdeira do seu patrimônio. Dessa forma, Rosa consolidou-se como uma mulher de influência em sua época, visto que o seu nome permanece presente até os dias atuais, associado a famosa donatária da Fazenda Jacaré e proprietária de uma significativa extensão das terras de Ibiassucê.

3.1. Primeiros vestígios de São Sebastião do Cisco

Entre os anos de 1879 e 1880, o engenheiro Theodoro Sampaio realizou uma viagem pelos sertões da Bahia com o objetivo de estudar os melhoramentos dos portos do Brasil e a navegação interior dos grandes rios que desembocam na costa oriental, concentrando-se, na Bahia, na exploração do Rio São Francisco. Durante essa viagem, Sampaio visitou localidades como Caetité, o que o levou à produção de mapas que registraram importantes áreas, entre as quais se destacam o "Cisco", atual Ibiassucê, e a Fazenda "Jacare's", pertencente aos herdeiros da família Cruz Prates.

Figura 4 – Mapa Sertões da Bahia (1879–1880)



Fonte: SAMPAIO, Teodoro. O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80). São Paulo: Escolas Profissionaes Salesianas, 1905.

Sampaio durante sua visita a Caetité no início de janeiro de 1880, realizou diversos relatos sobre o município, como seu comércio, agricultura, pecuária, rios, entre outros. É importante observar, que Teodoro no dia de sua partida, mencionou estar acompanhado de alguns cavalheiros, como o padre "Joaquim Pedro Garcia Leal, o Vigário de Umburanas" [69] (Sampaio, 1905, p. 113). Isso demonstra a importância que o sobrinho de Rosa possuía enquanto Vigário, reforçando o poder e a influência da família Prates nos sertões da Bahia.

A presença do nome "Cisco" e da fazenda "Jacare's", representados no mapa elaborado por Theodoro Sampaio, exemplifica a consolidação do processo histórico construído pelas ações da família Cruz Prates. Ignácio da Cruz Prates foi o descobridor das terras da Fazenda Jacaré, atestado por meio do seu requerimento realizado em 1756 enviado ao rei D. José, no qual solicita a posse de sesmarias. No mapa "Alto Sertão da Bahia na Transição do Século

[69] Umburanas corresponde atualmente ao município de Pindaí, Bahia.

XVIII ao XIX", presente no livro de Erivaldo Fagundes Neves e elaborado por Lúcio Neves, presente no capítulo I, já é possível observar a Fazenda Jacaré já se projetando como uma área importante no território, configurando-se como o núcleo territorial que se originou a povoação de Ibiassucê.

Com o falecimento de Ignácio, essas terras passaram para seus filhos e netos, o que pode ser constatado por meio dos inventários de Anselmo e Rosa da Cruz Prates, nos quais aparecem os registros de parte de terras que ambos possuíam na região do Jacaré. No mapa de Teodoro, nota-se modificações significativas no espaço geográfico dos sertões, com o aparecimento pela primeira vez do nome "Cisco", primeiro nome do atual município de Ibiassucê, que depois passaria a se denominar São Sebastião do Cisco. Embora não se tenha indícios de que essa família tenha fundado o município, suas explorações e ocupações no território, além da transmissão de terras, foram fundamentais para a origem do que viria a se tornar Ibiassucê.

O mapa de Sampaio caracteriza, portanto, como o primeiro registro cartográfico conhecido que se tem do município. Esse território nasceu a partir da influência, das redes familiares, econômicas e socias estabelecidas pela família Cruz Prates. A interligação entre diferentes troncos familiares, relações de apadrinhamento e as aproximações motivadas por interesse econômicos, contribuiu para a permanência e expansão dessa família da região, fundamentais para a consolidação do território chamado hoje como Ibiassucê.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender o papel da família Cruz Prates no processo de formação do povoado de Ibiassucê-BA, abordando também uma análise familiar e histórica sobre essa família. A pesquisa foi desenvolvida por meio da análise de documentos como requerimentos, inventários, testamentos, registros de batismo, óbitos, livros de notas de terras, processos de habilitação e registros cartográficos.

A partir dessas fontes, foi possível compreender as relações sociais, econômicas e familiares estabelecidos pela família Cruz Prates ao longo do século XVIII e XIX. Ignácio da Cruz Prates, patriarca lisboeta e o primeiro representante que deu origem a linhagem, se projetou como um indivíduo responsável por construir as bases para a consolidação da herança e do legado da família, atuando como Tenente-Coronel, descobridor de sesmarias e arrendatário de terras dos Guedes de Brito. Seus descendentes, especialmente os seus netos Anselmo e Rosa,

expandiram e conservaram essa riqueza conquistada, destacando-se como latifundiários de renomes na região.

Os mapas cartográficos utilizados nessa pesquisa, permitiram compreender as modificações do território ao longo do tempo, identificando os Cruz Prates responsáveis por esse processo. Os mapas evidenciaram que a Fazenda Jacaré, descoberta por Ignácio, foi o núcleo onde se originou o povoado de São Sebastião do Cisco, atual Ibiassucê. O mapa de Teodoro Sampaio, de 1879–1880, caracteriza-se como o primeiro registro cartográfico que se tem do município com seu antigo topônimo "Cisco", permitindo observar a consolidação territorial do município.

A família Cruz Prates se caracterizou como agentes fundiários fundamentais para a construção da região. Além de Ibiassucê, Ignácio exerceu sua influência em outras regiões, como o município de Pindaí, ocupado por Ignácio no século XVIII com o nome de Fazenda Barrocas, local onde residiu e criou os seus filhos, área que posteriormente deu origem ao atual distrito de Guirapá. Além disso, Ignácio ainda arrendou as terras do atual território de Rio do Antônio, denominado a época como Riacho do Antônio. Rosa, sua neta, se configura como a fundadora do município de Caculé, pois, no século XIX, a Fazenda Jacaré abrangia também as terras de Caculé, e Rosa ao se estabelecer na localidade, teria contribuído para a origem do povoado.

O estudo sobre propriedades e parentescos, me permitiram relacionar e cruzar os dados de diferentes fontes apresentados, oferecendo uma visão detalhada sobre as diferentes formas e estratégias de preservação da riqueza, reconhecimento de filhos e a manutenção do legado de uma família através de gerações. As obras e artigos de Erivaldo Fagundes Neves me permitiram ampliar o meu conhecimento acerca da temática proposta nesta monografia, servindo como a base teórica para o estudo sobre a estrutura do Alto Sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX, possibilitando, assim, uma análise aprofundada sobre propriedades e parentescos, dentro do contexto familiar dos Cruz Prates.

Dessa forma, este trabalho contribuiu para os estudos da história local e regional, ao esmiuçar sobre a trajetória da família Cruz Prates e sua atuação ativa para a construção da história de Ibiassucê. A história do município ainda é muito pouco investigada, necessitando de melhores estudos e aprofundamentos. Tenho a perspectiva de continuar a me aprofundar em tais investigações, pois, embora haja lacunas, são possíveis de serem reparadas com a ampliação da fonte documental, como inventários, testamentos, registros de batismos e óbitos. Desse modo, é nessa perspectiva de ampliar o conhecimento sobre a projeção social da família Prates

e sua relação com Ibiassucê, que pretendo seguir nesse caminho para futuras pesquisas acadêmicas e pós-graduações.

FONTES

1.1 Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

APEB – Judiciário. Inventário de Rosa da Cruz Prates, 1885.

APEB – Judiciário. Inventário de Anselmo da Cruz Prates, 1832.

APEB – Judiciário. Inventário de Francisco da Cruz Prates, 1782.

APEB – Polo Regional Judiciário de Caetité. Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos de Caetité, 1882. 3 fls.

APEB – Seção de Arquivos Colonial Provincial. Livro de terras de Caetité (1854–1859). Maço 1678.

APEB – Colonial. Capitania da Bahia. Registros Eclesiásticos de Terras (1855–1859). Freguesia de Caetité. Livro 4678.

1.2 Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC):

APMC – Arquivo Público Municipal de Caetité. *Registro de Testamento (1878–1920).*

APMC – Arquivo Público Municipal de Caetité. *Registros de Batizados (1767–1780).*

APMC – Arquivo Público Municipal de Caetité. *Registros de Óbitos (1831–1848).*

1.3 Diocese de Caetité:

Diocese de Caetité. *Registros de Batizados (1782–1793).*

1.4 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU):

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. *Requerimento do tenente-coronel Inácio da Cruz Prates ao rei D. José solicitando confirmação das nove cartas de sesmarias*, 19 dez. 1755.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. *Requerimento do tenente-coronel Inácio da Cruz Prates ao rei D. João solicitando carta de perfilhação para seus quatro filhos naturais, a fim de que possam suceder em seus bens*, 8 abr. 1741.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. *Requerimento de Inácio da Cruz Prates ao rei D. João V, solicitando confirmação de carta patente do posto de capitão de uma companhia de infantaria da ordenança dos distritos do rio Gavião*, 17 fev. 1730.

1.5 Arquivo Distrital de Évora (ADEVR):

ADEVR – Arquivo Distrital de Évora. *Livro de registro de batismo da freguesia de São Mamede da cidade de Évora (1669–1703), folha 118. Registro de batismo de Ignácio, filho de Gregório Pratas e Maria dos Santos,* 3 maio 1682.

ADEVR – Arquivo Distrital de Évora. *Processo de habilitação "de genere" de Francisco Pratas, Rodrigo Pratas e Inácio Pratas, filhos de Gregório Pratas e Maria dos Santos, naturais de Pavia e Arraiolos, para admissão a ordens menores,* 1685.

1.6 Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo. *Autos de habilitação e justificação de D. Maria Madalena, D. Francisca Antónia Joaquina, D. Guiomar Teodora de Jesus, D. Catarina Maria da Piedade, D. Inácia Maria Xavier e João Batista da Silva e Brito, viúvo de D. Jacinta Joana de Prates, por cabeça de sua filha menor Maria Antónia*, 1767.

REFERÊNCIAS

A cidade. Prefeitura Municipal de Caculé. Disponível em: <https://www.governodecacule.ba.gov.br/texto/a_cidade>. Acesso em: 11 de ago. 2025.

A cidade. Prefeitura Municipal de Pindaí. Disponível em: <https://www.pindai.ba.gov.br/texto/a_cidade>. Acesso em: 18 de ago. 2025.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Escravos e libertos nas Minas do Rio de Contas – Bahia, século XVIII**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Senhores de pequenos mundos: disputas por terras e os limites do poder local na América portuguesa.** *Saeculum: revista de história*, v. 26, p. 63-77, 2012.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. **Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com os testamentos.** *Revista Histórica*, n. 6, São Paulo: Arquivo do Estado, 2005.

BRITO, Marília Barbosa de. **Estudos da família no Brasil Colonial**. Trabalho apresentado no V Encontro Nordestino de História: Memória e História, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

Caculé, o quilombo de um homem só. Museu de Caculé. Disponível em: < https://museudecacule.wordpress.com/2011/01/01/cacule-o-quilombo-de-um-homem-so/>. Acesso em: 11 de ago. 2025.

COUTINHO SILVA, Luisa Stella de Oliveira. **"Como se de legítimo matrimónio nascida fora":** A Construção da filiação no Império português a partir da legitimação de uma filha sacrílega na capitania da Paraíba. *Varia História*, v. 38, p. 91-124, 2022.
CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. **Cad. Pesqui**, p. 5-16, 1981.

DE SOUZA SOARES, Márcio. De pai para filho: legitimação de escravos, herança e ascensão social de forros nos Campos dos Goitacazes, c. 1750-c. 1830. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas.** ABPHE-Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003.

FURTADO, J.F. A morte como testemunho de vida. In: PINSKY, C.B.; LUCA, T. R (org.); **O historiador e suas fontes**. São Paulo: *Contexto*, 2009. p. 93-118.

FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Os registros paroquiais e a História do Brasil**. *Varia História*, v. 31, p. 13-20, 2004.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX**. Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX**. *EDUFBA*, 2005.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História de família: origens portuguesas de grupos de consanguinidade do alto sertão da Serra Geral da Bahia.** *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, n. 19, p. 111-140, 2019.

NEVES, Erivaldo Fagundes**. Poder local oligárquico:** Alto Sertão da Bahia. *Sitientibus*, n. 15, 1996.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. 2003. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta. **Caminhos do sertão:** ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Salvador: *Arcádia*, 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio: um estudo de história regional e local**. *EDUFBA*, 2008.

NOZOE, Nelson et al. **Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia.** *Revista Economia*, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6ª ed. São Paulo: *Brasiliense*, 1961

RODRIGUES, Williane de Andrade. **Governando a periferia:** uma discussão sobre poder local em Minas Nova de Araçuaí. Orientadora: Hélida Santos Conceição. 2020. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2020.

SAMPAIO, Theodoro. 1905. O Rio de S. **Francisco e a Chapada Diamantina:** trechos de um diario de viagem (1879-80). Publicado pela primeira vez na Revista S. Cruz. São Paulo: Escolas Professionaes Salesianas.

SANTOS, Márcio. NEVES, Erivaldo; MIGUEL, Antonieta. **Caminhos do Sertão:** ocupação territorial, sistema viário e intercâmbio coloniais dos sertões da Bahia. Salvador: Arcádia, 2007. *Politeia-História e Sociedade*, v. 7, n. 1, 2010.

SENA, Ariella Barros. **Recebendo os santos óleos:** a presença escrava nos livros de batismo em Morro do Chapéu no século XIX. Orientador: Jackson André da Silva. 2023.74f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura)- Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Jacobina-BA, 2023.

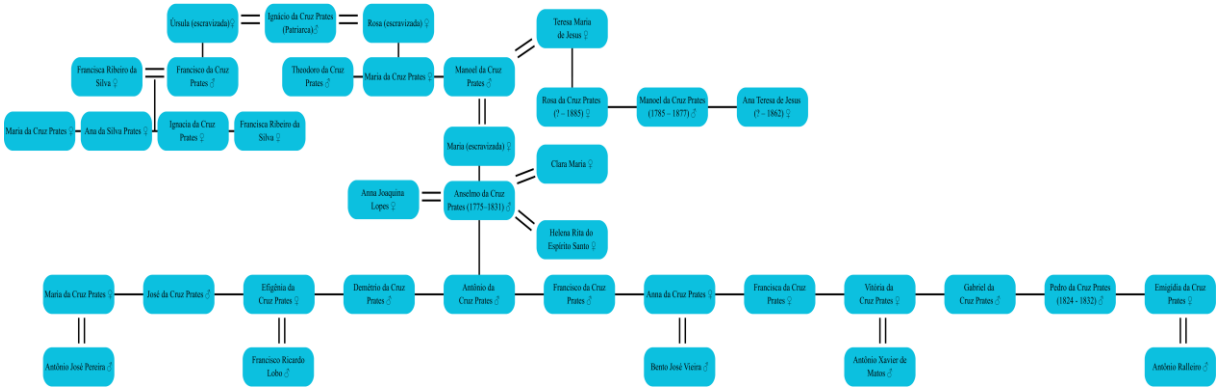
SILVA, Aryanne Faustina da. **Os testamentos na produção historiográfica**. *Revista Cantareira*, Niterói, n. 21, p. 99-109, 2014.

SILVA, Tiago José Soares. **Dicionário Genealógico do Sertão: as famílias pioneiras do alto sertão baiano.** Vitória da Conquista: 2021.

SILVA, Zezito Rodrigues da. **Uma vila na periferia do Império:** Sociedade, Território e Poder no Alto Sertão da Bahia (Vila Nova do Príncipe e Santa Anna De Caitete, 1810-1821). 2021. Tese de Doutorado. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense–UFF: Niterói.

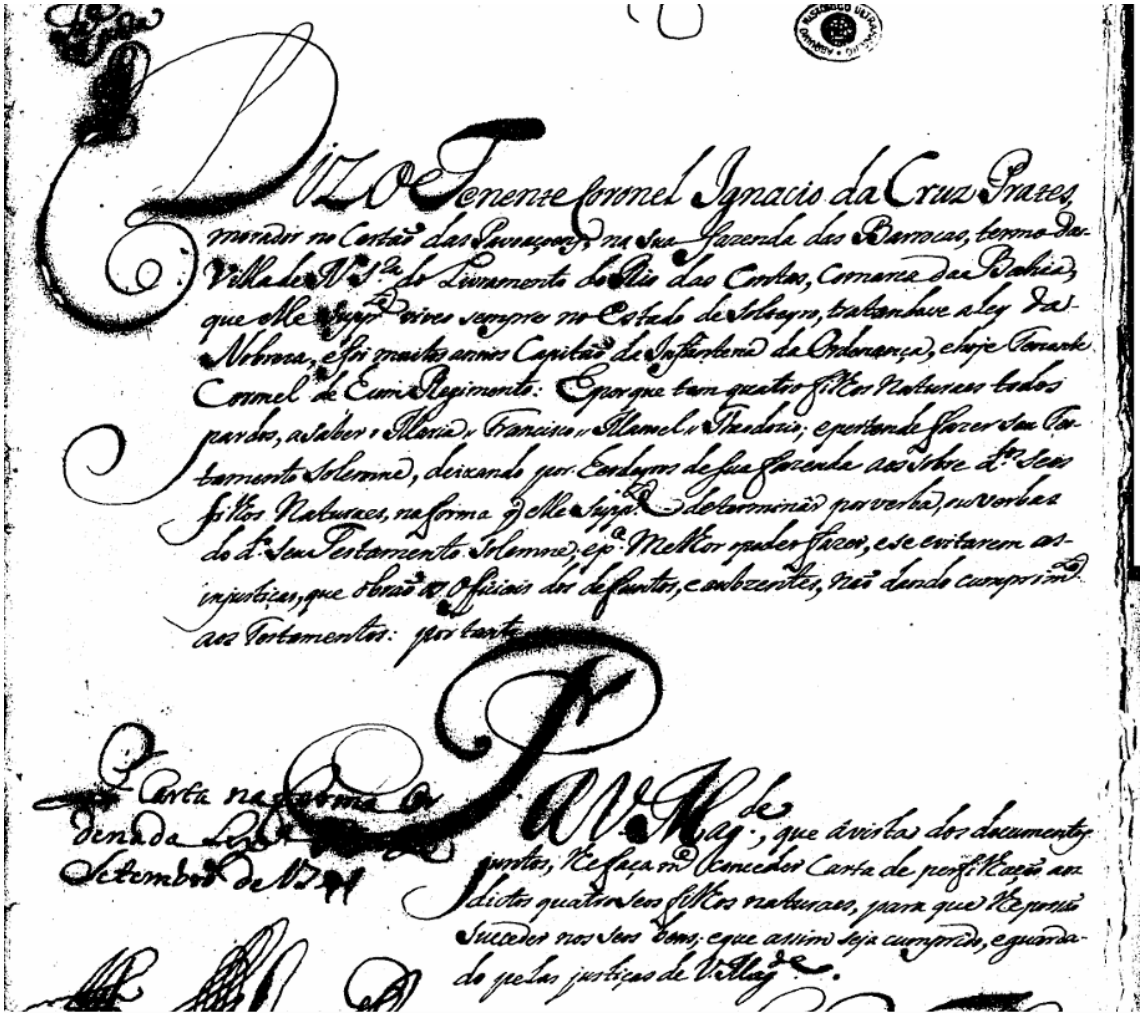
RIBEIRO, Marcos Profeta. **Mulheres Sertanistas:** Transmissão e Sedimentação Cultural do Trabalho Feminino na Formação das Primeiras Fazendas de Gado dos Sertões Baianos (1704-1838). Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo – USP, 2019.

APÊNDICE A – Árvore genealógica da família Cruz Prates[70]



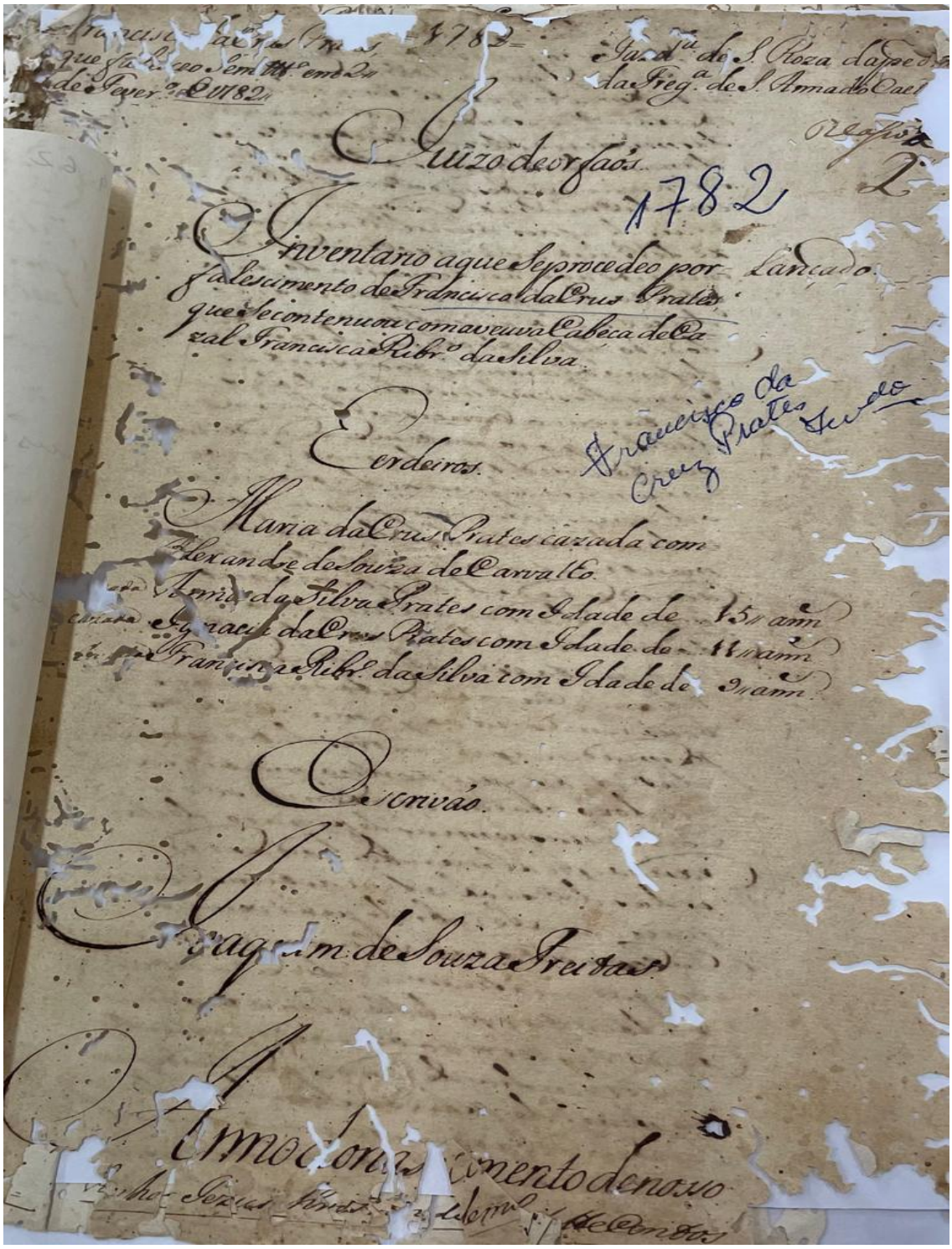
[70] A presente árvore genealógica foi elaborada a partir do cruzamento de fontes, como inventários, testamentos, registros de batismo e óbito. A complexidade visual reflete a diversidade de relações estabelecidas pelos membros da família Cruz Prates ao longo dos séculos XVIII e XIX, especialmente a constante prática de se relacionarem com mulheres escravizadas. Na representação acima, as linhas contínuas verticais indicam as relações de filiação. As linhas horizontais duplas representam relações conjugais ou uniões estáveis. Os símbolos ♂ e ♀ indicam o sexo dos indivíduos. As datas entre parênteses correspondem, quando disponíveis, aos anos de nascimento e falecimento.

ANEXO A – Requerimento de perfilhação no qual Ignácio solicita ao rei D. João V a concessão de carta de perfilhação para seus quatro filhos, garantindo-lhes o direito à herança (1741)[71]



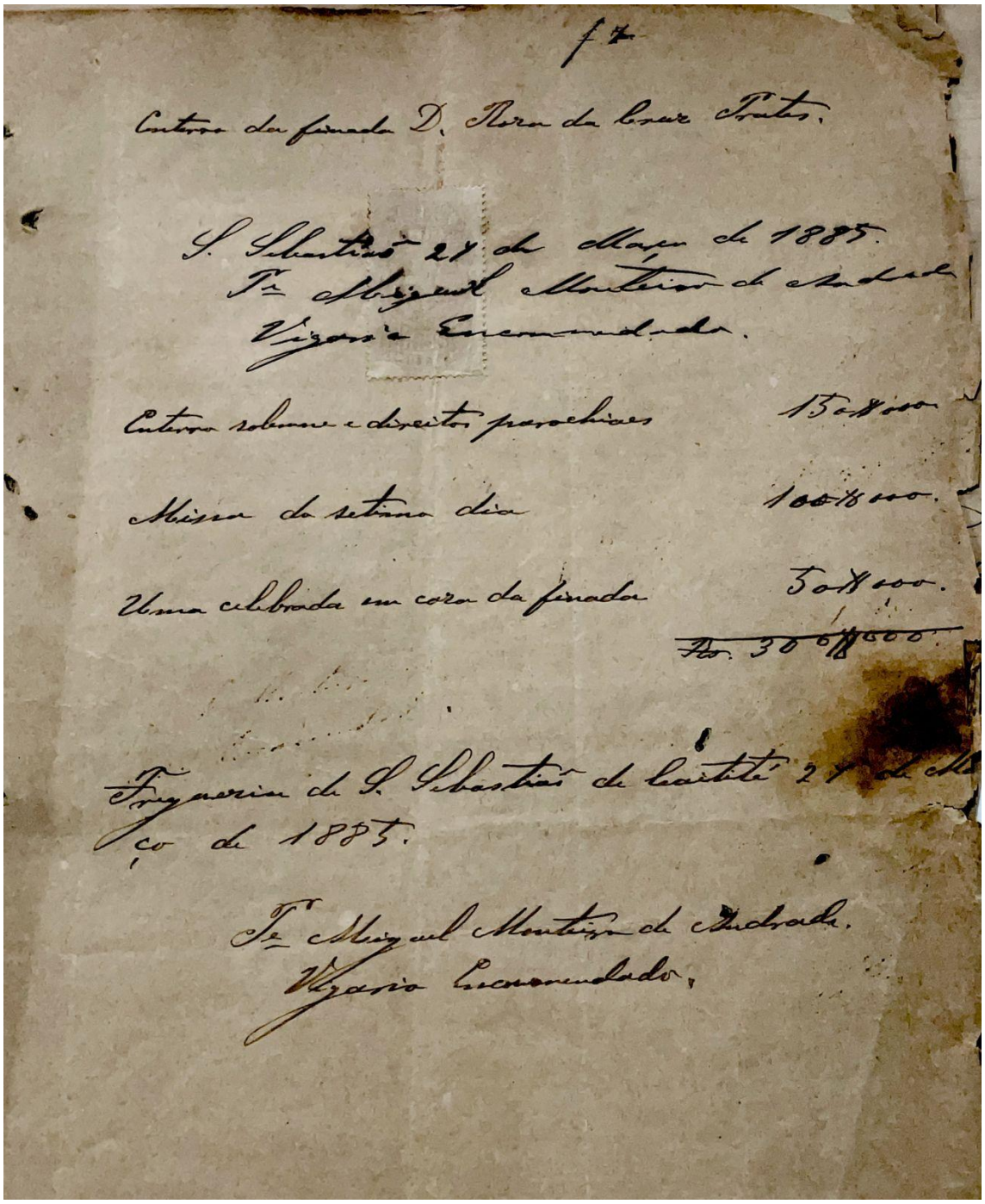
[71] "Requerimento do tenente-coronel Inácio da Cruz Prates ao rei [D. João] solicitando carta de perfilhação para os seus quatros filhos naturais a fim de que possam lhe suceder nos seus bens." Projeto Resgate. AHU, Bahia avulsos (1604-1828), Cx. 70, doc. 5929.

ANEXO B – Pagina inicial do inventário de Francisco da Cruz Prates (1782)[72]



[72] APEB, Seção: Judiciário, Série: Inventário. Id: Francisco da Cruz Prates. Est. 2. Caixa 574, maço 1026, doc. 10. 1782. Auto com 27f. Fotografado pela autora.

ANEXO C – Registro do enterro de Rosa da Cruz Prates, contido em seu inventário de 1885, Freguesia de São Sebastião de Caetité.[73]



f 7

Enterro da finada D. Rosa da Cruz Prates.

S. Sebastião 21 de Maio de 1885.
Pe Miguel Monteiro de Andrade
Vigario Encommendado.

Enterro solemne e direitos parochiaes 15$000

Missa do setimo dia 10$000.

Uma celebrada em cera da finada 5$000.

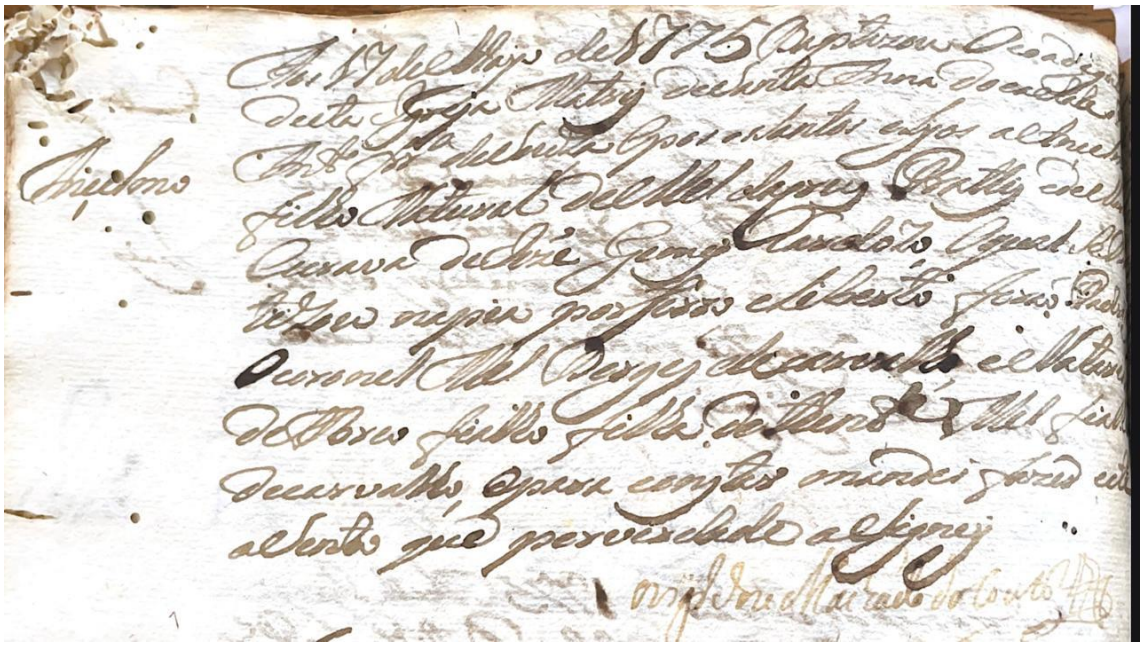
Fls. 30$000.

Freguezia de S. Sebastião de Caitité 21 de Ma
co de 1885.

Pe Miguel Monteiro de Andrade.
Vigario Encommendado.

[73] APEB, Seção: Judiciário, Série: Inventário. Id: Rosa da Cruz Prates. Est. 3. Caixa 1181, maço 1650, doc. 16. (1885 – 1891). Auto com 64f. Fotografado pela autora.

ANEXO D – Registro de Batismo de Anselmo da Cruz Prates datado de 17 de maio de 1775[74]



[74] Arquivo Público Municipal de Caetité – APMC. Batizados. (1767-1780)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PLÁGIO

Eu, Lavinnya Gomes Teixeira Oliveira estudante do curso de Licenciatura em História da UNEB, Campus VI, Caetité, declaro para os devidos fins, que o trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado ENTRE A TERRA E O SANGUE: A FAMÍLIA CRUZ PRATES NO SERTÃO BAIANO é de minha autoria. Declaro ainda que os trechos e citações de terceiros presentes no texto estão devidamente referenciados conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e que assumo inteira e total responsabilidade em caso de identificação de plágio, sujeitando-me às penas previstas no Código Penal Brasileiro.

Caetité, 24/12/2025.

gov.br
Documento assinado digitalmente
LAVINNYA GOMES TEIXEIRA OLIVEIRA
Data: 24/12/2025 09:28:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Lavinnya Gomes Teixeira Oliveira – 062210115

Nome do(a) Discente – Nº de Matrícula

DECLARAÇÃO DE (NÃO) USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Eu, Lavinnya Gomes Teixeira Oliveira estudante do curso de Licenciatura em História da UNEB, Campus VI, Caetité, declaro para os devidos fins, que o trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado ENTRE A TERRA E O SANGUE: A FAMÍLIA CRUZ PRATES NO SERTÃO BAIANO é de minha autoria.

Considerando que recursos de inteligência artificial **não devem ser utilizados na escrita/produção da redação final do trabalho** de conclusão de curso, declaro também que durante a produção do texto:

(x) NÃO houve o uso de inteligência artificial

( ) SIM, houve o uso de Inteligência artificial. (Neste caso, informe abaixo o uso que foi feito e quais recursos foram utilizados, sabendo que a IA **não deve ser utilizada para escrita** do texto)

A Inteligência artificial foi usada no texto para:

( ) revisão linguística do texto
( ) elaboração de imagens e gráficos
( ) tradução
( ) Outros (especificar) _____

Cite os recursos de IA que foram utilizados (ex: Chat GPT)

_____
_____

gov.br Documento assinado digitalmente
LAVINNYA GOMES TEIXEIRA OLIVEIRA
Data: 24/12/2025 09:35:20-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Caetité, 24/12/2025.

_____

Lavinnya Gomes Teixeira Oliveira – 062210115

Nome do(a) Discente – Nº de Matrícula